



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE



TRANSCRIÇÃO DA 18ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO

CONAMA

**Sala S-1, subsolo do Edifício Marie Prendi Cruz, W2 Norte, qd. 505, It. 2, bl. B -Brasília
/DF, 09 de outubro de 2008**

(Transcrição ipso verbis)

28**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Todos os presentes, Conselheiros, Conselheiras,
29técnicos que estão nos auxiliando e todos os demais presentes. Vamos fazer a abertura dos trabalhos
30hoje, iniciando pela leitura e aprovação dos resultados da 17ª reunião. Então, eu vou passar a palavra
31à Cleide que dará esse encaminhamento.

32

33

34**A SR.ª CLEIDEMAR VALÉRIO (CONAMA)** – Bom dia a todos. Sou Cleide do CONAMA. Pergunto se
35todos leram a ata, os resultados, se existe alguma emenda ou se há necessidade de nós lermos os
36resultados aqui? Eu gostaria de manifestação oral. Há necessidade de leitura?

37

38

39**A SR.ª MARIA JOSÉ DE SOUZA HOLANDA (Governo Ceará)** – Não, todos leram a ata.

40

41

42**A SR.ª CLEIDEMAR VALÉRIO (CONAMA)** – Sim, existe alguma emenda, alguma modificação a ser
43feita?

44

45

46**A SR.ª MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – Não, da parte do governo do estado da
47Bahia não.

48

49

50**A SR.ª CLEIDEMAR VALÉRIO (CONAMA)** – Alguém se manifesta, com alguma modificação? Então,
51nós consideramos a ata, os resultados aprovados e a transcrição também.

52

53

54**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Então, dando continuidade, vamos para o item
553 da pauta, que é a ordem do dia e estamos propondo uma inversão de pauta, e essa inversão
56precisa ser aprovada por todos. Então, nós gostaríamos de colocar essa inversão de pauta que seria
57o item 3.2, que vai passar a ser discutido agora e a discussão das providências serem adotadas em
58relação ao seminário passam a ser discutidas na seqüência, e ficando o item 3.3 e 3.4 para a
59continuidade, após o item 3.1, que deverá ocorrer na parte da tarde, esperando que nós consigamos
60liquidar essa tarefa de hoje, que já tem uma demanda inicial que começa desde 2005. Então, nós
61podemos começar a trabalhar dessa maneira, todos aprovam, estão de acordo? Então, estando todos
62de acordo, vamos iniciar o item 3.2, que é o processo número 0 2000.000700/200895, que trata da
63proposta de (...) para inserção de conteúdo de Educação Ambiental nas Resoluções dos órgãos
64colegiados do SISNAMA e o processo 0 2000.000701/200830, proposta de recomendação para
65campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental que recomenda diretrizes, a ação de
66informação, comunicação e mobilização em Educação Ambiental. Neste caso eu tenho aqui um
67esclarecimento que a presidência ocupada pela vice-presidência, solicitou a retirada de pauta de 2
68processos que tratam da recomendação sobre a transversalidade da Educação Ambiental que se
69encontravam na 44ª reunião da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. A solicitação fundamenta-se
70nos trabalhos de consolidação de duas propostas em uma única, realizada pelos representantes do
71Ministério da Educação e do governo do Estado de São Paulo, que chegaram à conclusão de que
72seria pertinente ampliar a discussão dessa nova proposta nas duas oficinas de Educação Ambiental
73programadas pelo Governo daquele Estado. A nova proposta consolidada voltou para ser discutida
74nesta 18ª Câmara Técnica de Educação Ambiental. Isso se trata do item que estamos discutindo.
75Cleide.

76

77

78**A SR.ª CLEIDEMAR VALÉRIO (CONAMA)** – Eu chamaria a Viviane, do MEC, para dar um histórico
79do andamento dos trabalhos durante esse período, os produtos que conseguiu e as justificativas; e
80que na medida em que nós fôssemos lendo a proposta do MEC, que vai entrar, principalmente, como
81alteração de forma, não de mérito, que se nós aprovarmos uma ou outra forma, ou seja, duas formas
82em duas recomendações ou consolidadas numa única, conforme proposta do MEC, nós teríamos
83aprovado uma dessas duas formas. Passo a palavra para a Viviane do MEC.

84

85

86**A SR.ª VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Bom dia. Eu queria explicar que essa última proposta que
87nós estamos trazendo ela unifica as duas anteriores de recomendação, transformando numa
88Resolução e traz a idéia das duas, reúne a idéia das duas recomendações anteriores em uma só, já
89contemplando o parecer do GERC, da Câmara de Assuntos Jurídicos. Não sei se todos tiveram
90acesso ao parecer, mas existe um parecer que fala um pouco sobre o mérito, falava do mérito das

91 recomendações e que foi bastante, está elogiando o tema, a iniciativa da Câmara Técnica. Existe
92 também uma versão que foi encaminhada pelo GERC já propondo alterações mesmo, modificações
93 de palavras e tal. Uma das coisas que foi enfaticamente recomendada pela Câmara de Assuntos
94 Jurídicos como um todo, não só pelo Dr. Rubens Sampaio, que colaborou conosco nesse parecer, é
95 que não fossem recomendações e sim uma Resolução, mesmo com uma força, que fosse mais
96 enfático para o cumprimento, por isso que essa nova proposta que eu estou trazendo unificar essas
97 duas recomendações transformando numa Resolução e o outro aspecto é de que, assim, existem
98 algumas diretrizes que estão mencionadas para as campanhas, ações e projetos que também são
99 pertinentes para normatização do SISNAMA, como um todo, quando for inserir a Educação
100 Ambiental. Por isso que é mais pertinente que nós reunirmos as duas. Eu não procurei reinventar a
101 roda, eu trouxe mesmo o que já tinha, unifiquei 2 considerando-os para tirar, tirei um que estava em
102 excesso e tudo aquilo que o Dr. Rubens sugeriu de alteração eu já fui colocando nessa última
103 proposta que está para apreciação.

104

105

106 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – OK, feitas essas considerações, seria
107 interessante fazer a leitura, não? É só um considerando a menos, na realidade? Então, a leitura será
108 desse documento? Você quer fazer essa leitura?

109

110

111 **A SRª. VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Pode ser. Eu vou pular o cabeçalho, o número do processo
112 e tal, direto ao assunto. Nova versão do MEC é pedido o parecer da Câmara Técnica de Assuntos
113 Jurídicos a ser aprovada pela Câmara Técnica de Educação Ambiental. É uma Resolução que
114 determina a inserção da Educação Ambiental nas normas elaboradas pelo órgão do SISNAMA,
115 estabelecem princípios para campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental e dá outras
116 providências. “O Conselho Nacional do Meio Ambiente CONAMA no uso das atribuições que lhe são
117 conferidas pelo art. 8º da Lei 6938/1981, art. 7º inciso 6º e 18 do Decreto 99274/1990. Considerando
118 disposto no capte do art. 225º em seu inciso 1º”. Isso aqui está errado e o seu § 1º tem que ser
119 alterado. “§ 1º inciso 6º da Constituição Federal”. A primeira alteração está no segundo considerando,
120 é só colocar o § 1º inciso 6º da primeira linha, não no art. 225º § 1º, inciso 6º. Então, é. “Sobre a
121 obrigação da coletividade de defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado para
122 os presentes e futuras gerações e do poder público de promover Educação Ambiental em todos os
123 níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. Considerando os
124 objetivos e definições, princípios estratégias para Educação Ambiental consagrados
125 internacionalmente pela Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de (...) pelo tratado
126 de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, pela Carta da
127 Terra, pela a Instituição da Década de Educação de Desenvolvimento Sustentável entre 2005/2014,
128 pelo Programa Latina Americano e Caribenha de Educação Ambiental – PLACEA e pelo Plano
129 Andino-amazônico de Comunicação e Educação Ambiental – PANACEA. Considerando esse estágio
130 de garantir que as Políticas de Meio Ambiente atenda ao princípio da Educação Ambiental em
131 consonância com a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA estabelecido pela Lei
132 9795/1999 e art. 2º *caput* 3º e inciso 2 do Decreto 4281/2002, vem como do Programa Nacional de
133 Educação Ambiental – ProNEA e com os princípios do Tratado de Educação Ambiental para a
134 Sociedade Sustentável e Responsabilidade Global e das Agendas 21. Considerando a necessidade
135 de orientar a atuação de terceiros em ações de Educação Ambiental desenvolvidas nas escolas
136 incentivando a função social e autonomia destas, bem como garantindo respeito as escolas,
137 comunidades escolares e aos seus planos pedagógicos e curriculares, conforme, os ditames da
138 legislação educacional. Considerando a necessidade de transversalizar a Educação Ambiental nas
139 Normatizações dos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA para engajamento da sociedade na
140 conservação, recuperação e melhoria do Meio Ambiente. Art. 1º estabelecer as diretrizes para as
141 ações de informação comunicação e mobilização realizadas por instituições públicas e privadas, por
142 organizações da sociedade civil, bem como por órgãos e entidades integrantes do SISNAMA
143 direcionadas a Educação Ambiental”. Só fazendo a leitura, como nós procedemos agora Paulo, se
144 tiver alguma alteração vocês falam no ato, nós discutimos depois?

145

146

147 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Nós estamos acompanhando aqui, qualquer
148 coisa.

149

150

151 **A SRª. VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Vou ler um pouco mais lentamente para nós...

152

153

154A SR.^a **CLEIDEMAR VALÉRIO (CONAMA)** – Todo mundo já leu.

155

156

157A SR.^a **VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Está bem, então. “Art. 2º, a partir dessa Resolução, todas as Resoluções”. Aqui eu já vi uma alteração, na verdade é todas as normatizações, não as Resoluções, porque se nós pusermos Resolução, nós estamos restringindo. Então, uma alteração aqui, todas as normatizações.

161

162

163A SR.^a **NÃO IDENTIFICADA** – Pode ser normas?

164

165

166A SR.^a **VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Pode ser normas, melhor ainda. “Todas as normas dos órgãos do SISNAMA e legislações de proteção e gestões ambientais devem procurar incentivar a realização da Educação Ambiental por meio de programas, ações ou campanhas para participação ativa da sociedade na defesa do Meio Ambiente, devendo atribuir responsabilidades e prever fontes de recursos para a sua execução. Art. 3º Dentro das condicionantes que vierem ser estabelecidas nas licenças concedidas pelos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA devem ser incluídas os programas, ações ou campanhas de Educação Ambiental para a prevenção ou atenuação dos impactos decorrentes das atividades ou dos empreendimentos a serem licenciados e para fomentar a participação ativa da sociedade na defesa do Meio Ambiente. Art. 4º Para efeitos dessa Resolução entende-se por campanhas de Educação Ambiental as atividades de divulgação pública de informação e comunicação social, com intencionalidade pedagógica e educativa, para o enfrentamento das questões socioambientais e que: I – realizem a divulgação e comunicação dessas atividades por qualquer dos meios gráficos, áudio, audiovisuais, visuais e virtuais; II – promovam o fortalecimento da cidadania ambiental por meio da compreensão crítica sobre a complexidade das problemáticas socioambientais; III – apoiem processos participativos e a transformação de valores, atitudes, hábitos e comportamentos para a melhoria da qualidade de vida. Art. 5º São agentes da construção, promoção e divulgação de campanhas os seguintes atores sociais: I – Poder Público; II – instituições de ensino de todos os níveis; III – educadores ambientais; IV – movimentos sociais, entidades e organizações da sociedade civil; V – instituições de direito público ou privado; VI – grupos, populações e comunidades locais; VII – canais de comunicação públicos ou privados. § único. Os agentes e atores das campanhas deverão atuar articuladamente para ampliar a eficácia, bem como a qualidade da comunicação socioambiental. Art. 6º As campanhas deverão incorporar a educação ambiental para...”

189

190

191A SR.^a **THAÍS PEREIRA PEREIRA (MMA)** – Bom dia. Só no art. 5º, inciso 7º, canais de comunicação públicos ou privados. Não sei se nós colocamos, ao invés de canais, veículos de comunicação, porque canais já dirigem a um tipo, talvez, veículos de comunicações ou meios de comunicação.

194

195

196O SR. **PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Meio de comunicação substitui canais. Todos de acordo?

198

199

200A SR.^a **VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Eu também, lendo novamente o art. 5º, atores sociais, vocês acham que está bem essa palavra?

202

203

204O SR. **PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Alguém tem alguma sugestão? Eu também gostaria de colocar uma possibilidade de utilizar outro termo no art. 4º, não, no 3º, em que dizem que SISNAMA deve ser incluído programações ou campanhas de Educação Ambiental para prevenção ou atenuação, acho que atenuação dos impactos, significa mitigação. Então, acho que poderia ser trocado o termo, se todos estiverem de acordo. Mitigação, porque já é um impacto sofrido.

209

210

211A SR.^a **VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Dr. Rubens tinha proposto isso, mas eu acho que é o nome que nós mais conhecemos mitigação é o nome.

213

214

215A SR.^a **CLEIDEMAR VALÉRIO (CONAMA)** – Atenuação você tirou a intensidade, mitigação você às vezes... Acho que o termo anterior é o mais correto.

217

218

219 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Como você disse Cleide?

220

221

222 **A SR.^a CLEIDEMAR VALÉRIO (CONAMA)** – A mitigação comporta às vezes uma ação efetiva, uma
223 atuação e atenuação às vezes diminui só a intensidade, não implica uma outra ação, eu acho que
224 essa atenuação, prevenção ou atenuação, é mais abrangente do que Mitigação.

225

226

227 **A SR.^a. PATRÍCIA PINTO (Oca Brasil)** – A mitigação já está prevista no licenciamento.

228

229

230 **A SR.^a. VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – A mitigação é previsto... Atenuação seria a mais, apesar de
231 não ser técnico mais abrangente, porque não implica numa ação.

232

233

234 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Então, prevalece atenuação.

235

236

237 **A SR.^a. VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – “Art. 6º As campanhas deverão incorporar a
238 educação ambiental para: I – incentivar a gestão participativa dos meios de comunicação; II –
239 promover o acesso democrático à produção e difusão de informações ambientais; III – amparar
240 processos formativos de habilidades ligadas à comunicação e expressão, para que os cidadãos
241 tenham uma postura crítica diante das informações ambientais e os meios de comunicação;”. Então,
242 aqui é diante das informações e dos meios? E dos meios de comunicação. “IV – articular e mobilizar
243 comunidades, coletivos, grupos e instituições, incentivando tomadas de decisões e ações coletivas.
244 Art. 7º Em todos os níveis e modalidades de ensino a Educação ambiental deve ser promovida de
245 forma sistêmica e crítica, a partir dos múltiplos aspectos de dimensões da sustentabilidade ambiental,
246 social, ético, econômico, cultural, étnica, territorial, política. Alertando-se sobre os possíveis impactos
247 socioambientais causadas pelas atividades antrópicas e ainda para as responsabilidades humanas na
248 manutenção da segurança da qualidade de vida ambiental. Art. 8º Além de observar os princípios
249 orientadores, referenciais teóricos e metodológicos da Educação Ambiental contidos na Lei nº.
250 9.795/99, no ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental, no Tratado de Educação
251 Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, as ações, campanhas e
252 projetos de comunicação, informação e mobilização ambiental devem observar ainda as seguintes
253 diretrizes”. Tem alguma observação Cleide?

254

255 **A SR.^a CLEIDEMAR VALÉRIO (CONAMA)** – ProNEA é assim que deve escrever?

256

257

258 **A SR.^a. VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Tem uma regra para isso, quando é programa.

259

260

261 **A SR.^a. THAÍS PEREIRA (MMA)** – É porque já existiu também um outro Programa de Educação
262 Ambiental com o mesmo nome, então, se adotou essa forma de escrever, ficou formalizado para
263 diferenciá-los, então ficou assim.

264

265

266 **A SR.^a. VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Então, seguintes diretrizes. “I – quanto à linguagem: a)
267 adequar-se ao público-alvo, propiciando a compreensão e o acesso a grupos social e ambientalmente
268 vulneráveis e b) o acesso à informação e ao conhecimento das questões ambientais e científicas de
269 forma clara e transparente. II – quanto à abordagem: a) a contextualizar as questões socioambientais
270 em suas múltiplas dimensões e relações com as diferentes escalas individual, coletiva, histórica,
271 cultural, política e ecológica; b) focalizar a questão socioambiental para além das ações de comando
272 e controle, evitando perspectivas meramente utilitaristas ou comportamentais; c) adotar princípios e
273 valores para a construção de sociedades sustentáveis em suas diversas dimensões social, ambiental,
274 política, econômica e cultural; d) destacar a visão de mundo e os conhecimentos, a cultura e as
275 práticas de comunidades locais e comunidades dos povos tradicionais e originários. III – quanto às
276 sinergias e articulações: a) promover a interação com o SIBEA – Sistema Brasileiro de Educação
277 Ambiental, visando apoiar o intercâmbio e veiculação virtuais de produções educativas ambientais; b)
278 buscar a participação em ações, projetos e programas de Educação Ambiental do Órgão Gestor da
279 PNEA e dos estados e municípios. Art. 9º As ações de terceiros em processos formadores e projetos

280de Educação Ambiental a serem implementados no âmbito escolar, nos estabelecimentos de ensino
281ou com o envolvimento da comunidade escolar”. Aqui eu proponho, comunidade escolar e
282acadêmica, porque comunidade escolar é só escola, acadêmica inclui também universidades. Ficou
283meio solto. “As ações de terceiros em processos formadores”. É de Educação Ambiental.

284

285

286**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Ao que se refere o título, formadores.

287

288

289**A SR^a. VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Processos, formadores e projetos de Educação Ambiental.

290

291

292**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Formadores de Educação Ambiental.

293

294

295**A SR^a. VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – De formação em Educação Ambiental, então.

296

297

298**A SR^a. THAÍS PEREIRA (MMA)** – Eu iria fazer a sugestão de ser, em processos de formação e
299projetos de Educação Ambiental.

300

301**A SR^a. VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Então. “Processos de formação e projetos de educação
302ambiental a serem implementados no âmbito escolar nos estabelecimentos de ensino ou com
303envolvimento da comunidade escolar e acadêmica devem: I – observar o disposto nas legislações
304educacionais e ambientais, inclusive nas resoluções dos conselhos estaduais, municipais e nacional
305de educação e meio ambiente”. Aqui eu acho que houve uma inclusão do Dr. Rubens, porque antes a
306idéia era falar só das legislações educacionais mesmo, porque é o seguinte, trazer o princípio de que
307para entrar na escola você tem que vêem quais são as regras para legislação educacional, respeitar o
308currículo e tal. Nós queríamos, quando escreveu esse artigo nós queríamos dar o foco para essa
309questão, para essa observância que é das normas educacionais mesmo. O Dr. Rubens acabou
310acrescentando “e ambiental” e acrescentou “conselhos estaduais, municipais de educação” e colocou
311de meio ambiente. Não sei se com isso não acabou perdendo o foco. Coloco para a Câmara pensar
312essa questão. Eu não tirei, coloquei para nós discutirmos mesmo, porque é um artigo que fala sobre
313estabelecimentos de ensino, sobre o respeito às escolas e universidades, esse processo.

314

315

316**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Alguém tem alguma sugestão aqui no tema?

317

318

319**A SR^a. VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Esse art. 9º, quando foi escrito, tinha como foco as escolas,
320a proteção das escolas. Então, o que nós queríamos preservar era assegurar que as pessoas que
321fossem fazer Educação Ambiental nas escolas, universidades soubessem que tem normas
322educacionais próprias para isso e que também elas têm que se adequar ao currículo, ao calendário
323escolar, às necessidades que são da escola. O que aconteceu? Doutor Rubens, quando foi fazer a
324proposição aqui, nesse inciso 1º, ele colocou legislações educacional e ambiental. Aí Conselho de
325Educação e Meio Ambiente. O que aconteceu? Eu acho que tirou um pouco do foco do que nós
326queríamos destacar que era a questão de que tem normas próprias que são da educação e nós
327estávamos querendo se remeter, porque o CONAMA não tem competência para disciplinar a escola,
328mas o que nós queríamos era falar existe conselhos que são de educação que são responsáveis por
329isso e que têm normas próprias. Porque como que você vai falar, me parece um pouco lógico que
330projetos de Educação Ambiental vão observar as legislações de meio ambiente. Agora, o que não se
331sabe é que se esses terceiros que estão entrando na escola, estão observando as legislações da
332educação.

333

334

335**A SR^a. PATRÍCIA (OCA BRASIL)** – Eu acho que no inciso 1º do art. 7º observar o disposto nas
336legislações educacional e ambiental, aí acho que tem que manter o ambiental, mas no fim dessa
337mesma frase, você tirando os conselhos de Meio Ambiente, você não vai piorar a Resolução, porque
338vão estar observado os dispostos na legislação tanto educacional quanto do meio ambiente.

339

340

341 **SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Você diz que o foco se perde a partir do
342 momento que fala "inclusive nas Resoluções", porque a atenção pararia antes dessa vírgula que
343 coloca o inclusive aí.

344

345

346 **A SR^a. VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Não, eu estou perguntando para vocês, na verdade, não
347 tenho tanta certeza, porque eu acho que a parte, essas legislações educacional e ambiental.

348

349

350 **A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – Era só educacional, depois educacional e ambiental, aí legislação,
351 que eu acho correto. Agora, as Resoluções do Conselho de Meio Ambiente não vão ter força para
352 nada.

353

354

355 **A SR^a. VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – As Resoluções do Conselho de Meio Ambiente não tem
356 muito, não sei se falam sobre escolas, não tem competência para isso.

357

358

359 **A SR^a. PATRÍCIA (OCA BRASIL)** – A educação ambiental ser baseada na legislação do Meio
360 Ambiente eu acho pertinente.

361

362

363 **A SR^a. MARIA JOSÉ DE SOUZA HOLANDA (Governo Ceará)** – Exatamente, eu acho que quando
364 se refere à legislação ambiental está contemplada à Política Nacional de Educação Ambiental, que
365 dentro da política estabelece a educação formal, que é nas escolas.

366

367

368 **A SR^a. MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – Eu estou entendendo o seu ponto de
369 vista e também concordo. O que vocês estão tentando evitar é que as pessoas cheguem às escolas,
370 o foco aqui são as ações, quer dizer, os projetos já foram concebidos, pressupõe que esses projetos
371 já estejam contemplando, está consonantes com a legislação ambiental, o que se quer evitar é que
372 esses projetos cheguem às escolas, "eu vou trabalhar com a comunidade escolar", não dialoga com a
373 Secretaria de Educação, não dialoga com as escolas, com as diretoras, chegam se instalam nas
374 escolas para fazer a Educação Ambiental sem nem saber, sem nem conhecer o projeto político-
375 pedagógico da escola, eu acho que é nesse sentido, eu estou interpretando, dessa forma, e nesse
376 caso eu concordo com vocês que nós devemos se ater à legislação e ao Conselho Escolar, à
377 legislação escolar e ao Conselho Escolar. Não caberíamos aqui nós estendermos para a questão
378 ambiental, muito menos para a legislação, ligada a questão mais ampla do Meio Ambiente.

379

380

381 **A SR^a. PATRÍCIA (OCA BRASIL)** – Mas você acha que, por exemplo, o MEC não pode observar o
382 disposto na legislação ambiental, quando fizer algum...

383

384

385 **A SR^a. MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – Mais essa não é a questão são às
386 ações de terceiros, olha, repare, vamos ler: "Art. 9º As ações de terceiros em processos de formação
387 e projetos de Educação Ambiental a serem implementados no âmbito escolar, nos estabelecimentos
388 de ensino ou com o envolvimento da comunidade deve observar o discurso na legislação
389 educacional".

390

391

392 **A SR^a. PATRÍCIA PINTO (Oca Brasil)** – Educação Ambiental eu acho que tem que ser baseado na
393 legislação ambiental.

394

395 **A SR^a. MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – Aqui poderia entrar ambiental como
396 complemento, a base da Educação Ambiental é a legislação ambiental.

397

398

399 **A SR^a. PATRÍCIA PINTO (Oca Brasil)** – o que eu acho que não tem que ter é o Conselho de Meio
400 Ambiente, nem estadual e nem municipal.

401

402

403A SR^a. **THAÍS PEREIRA (MMA)** – Eu queria fazer uma sugestão. Eu ia contemplar essa tua sugestão
404de manter no início a legislação de educação e ambiental, só tirar “e Meio Ambiente” do final e
405inverter o inciso 1º com o inciso 3º, porque daí o inciso 3º traz uma questão mais focada dos
406currículos, do projeto político-pedagógico, então daí, esse primeiro foco nesse respeito a essa
407peculiaridade da educação e depois nós trazemos o inciso 1º como 2º e o 2º como 3º, só excluindo
408do inciso ali onde está grifado em preto, e meio ambiente.

409

410

411O SR. **PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Viviane, OK? Todos estão de acordo com
412essa inversão?

413

414

415A SR.^a **CLEIDEMAR VALÉRIO (CONAMA)** – Olha, no começo ele diz assim: “observar o disposto da
416legislação educacional e ambiental”, até aqui todo mundo concordou que a legislação tem que ser
417ambiental e educacional. Inclusive agora ele está pegando, Resoluções dos conselhos, ou seja, além
418da legislação que seria a lei, ele está falando também nas Resoluções ou até outras normas, dos
419conselhos de educação e também de Meio Ambiente, já que nós estamos falando em legislação de
420Meio Ambiente. Então, nós temos que deixar aqui Educação Ambiental, porque é um outro foco que
421ele quer ampliar um pouquinho, está usando legislação no sentido um pouco mais restrito de lei.
422Como ele é um advogado, eu acho que nós devemos respeitar bem, essas nuances que escapam de
423nós, que não é advogado. Eu deixaria os conselhos estaduais e de educação e meio ambiente,
424porque são as Resoluções desses conselhos ou não precisava nem ser só as Resoluções, pode. Ele
425está querendo englobar mais alguma coisa.

426

427

428A SR^a. **VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – É para que as Resoluções dos conselhos observem
429também as legislações educacional e ambiental. Agora, eu entendi depois que a Cleide falou isso eu
430entendi o que ele quis. Nós, então Cleide, ao invés, de falar nas Resoluções dos conselhos, nas
431normatização, nas normas. Então, vamos manter a proposta original mesmo que veio e colocar nas
432normas. Pode ser?

433

434

435A SR^a. **KEILAH DINIZ (Ministério da Cultura)** – Bom, normas dos conselhos estaduais, municipais e
436nacionais de educação e do Meio Ambiente, porque inclusive quando eu li inicialmente parece que os
437conselhos são formados de educação e Meio Ambiente, só para colocar e reforça isso aí. Eu achei
438que esse 2º item aqui, o item 2 estava resolvendo a questão da educação ambiental, procurar
439adequar, integrar suas ações às políticas e programas de Educação Ambiental, isso já não resolveria
440a questão do Meio Ambiente que está colocado lá no item 1?

441

442A SR^a. **VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Não, porque a questão que está colocada no item 1, depois
443que a Cleide falou, nós conseguimos visualizar que a preocupação do Dr. Rubens era de que as
444normas que fossem feitas pelos conselhos estaduais, municipais e nacionais observassem a
445legislação educacional e ambiental. Ambiental é meio lógico, porque se é um Conselho de...

446

447

448A SR^a. **KEILAH DINIZ (Ministério da Cultura)** – Não, as normas observassem a legislação não, eu
449não entendi isso não.

450

451

452A SR^a. **VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – As normas dos conselhos observassem...

453

454

455A SR^a. **KEILAH DINIZ (Ministério da Cultura)** – Os terceiros aqui é que têm que observar as normas
456dos conselhos, as normas que foram emitidas pelos conselhos, tanto de educação quanto de Meio
457Ambiente.

458

459

460A SR^a. **VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Isso, que observasse.

461

462

463A SR^a. **KEILAH DINIZ (Ministério da Cultura)** – A questão que eu coloco é o item 2, quando fala de
464integrar, das ações as políticas e programas de Educação Ambiental desenvolvidos, quer dizer, essa

465 política e esses programas de Educação Ambiental já não estaria subentendido que eles estariam
466 baseados na legislação ambiental ou é importante reforçar mesmo?
467
468
469 **A SR^a. THAÍS PEREIRA (MMA)** – Eu queria reforçar que é importante destacar, porque como nós
470 estamos fazendo essa Resolução para os entes do SISNAMA, nós temos que pensar que vamos até
471 o âmbito municipal, alguns tem políticas, alguns tem programas, alguns não tem, alguns têm
472 conselhos, alguns não têm, alguns têm normatização mais avançada na área ambiental, outros
473 menos. Então, para nós mantermos com políticas e programas, e manter também o primeiro lá na
474 legislação, normas, que nós trocamos para normas.
475
476
477 **A SR^a. KEILAH DINIZ (Ministério da Cultura)** – OK. Só para complementar aqui, só não sei, para
478 discussão mesmo, procurar adequar ou adequar?
479
480
481 **A SR^a. VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Acho que é adequar, sem o procurar.
482
483
484 **A SR^a. MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – Eu estou entendendo que esses 3
485 incisos, 1º, 2º e 3º está fazendo uma abordagem de 3 instâncias, ele começa no Conselho, depois
486 vem a nível estadual os programas, projetos, as políticas e programas, depois quando chega na
487 última instância, ele está dando destaque aqui na escola mesmo, o projeto político-pedagógico da
488 escola, então eu acho que ele fez uma...
489
490 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Então, nesse sentido parece que qualquer
491 mexidinha que nós dermos mexe nos três. Então, se nós tentarmos pegar a coerência, seria o ideal
492 para nós aprovarmos o que está escrito. Eu acho que o excesso que se coloca não vai perturbar em
493 nada a qualidade da Resolução.
494
495
496 **A SR^a. KEILAH DINIZ (Ministério da Cultura)** – Só mais uma observação. Eu acho que está perfeito
497 aqui essa colocação de observar esses 3 itens aqui. Agora, nem sempre o currículo e o projeto
498 político-pedagógico da escola são adequados, vamos dizer assim, estão de acordo com alguma
499 proposta no sentido da Educação Ambiental. De que forma, nós poderíamos incluir aqui alguma
500 proposta aos currículos? Eu não sei se, não teríamos.
501
502
503 **A SR^a. VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Primeiro, eu acho que nós temos que ter muito cuidado,
504 porque tem algumas coisas, primeiro que o CONAMA não pode ficar normatizando para escola.
505 Segunda coisa é que tem uma liberdade, uma autonomia pedagógica que é conferida pela Lei de
506 Diretrizes e Bases a cada. Então, é sempre ideal que os projetos dialoguem, contribuam para o
507 projeto político-pedagógico, mas a liberdade e autonomia é a primeira coisa, cada escola, cada
508 comunidade escolar que tem que construir.
509
510
511 **A SR^a. KEILAH DINIZ (Ministério da Cultura)** – Não é uma questão impositiva, é apenas sugestiva,
512 de sugestão, nem pode sugerir nada?
513
514
515 **A SR^a. VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Não sei, vamos pensar, tem que ter esse cuidado. O MEC
516 está discutindo com o Conselho Nacional de Educação, diretrizes para Educação Ambiental no
517 ensino formal aí acho que lá, nesse âmbito cabe melhor que aqui.
518
519
520 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Bom, com essas considerações chegamos à
521 conclusão de que os incisos 1, 2 e 3 não deverão ser alterados, com exceção de formação, escolar e
522 acadêmico e tirar o procurar e adequar, iniciando o inciso 2º.
523
524
525 **A SR^a. VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – No 1º tem assim, normas, ao invés, de Resolução de Meio
526 Ambiente. “Art. 10º No âmbito da Educação Ambiental não-escolar, os projetos devem focar

527 público-alvos específicos, instaurando e potencializando articulações entre todos os segmentos que
528 trabalham com Educação Ambiental”. Destaque no 10, pode falar.

529

530

531 **O SR. EDER LEONARDO C. BORBOREMA (Ministério do Esporte)** – No âmbito da Educação
532 Ambiental não escolar, os projetos devem focar público-salvos específicos. Se a própria Educação
533 Ambiental é não escolar ou não formal, como limitar o público-alvo como específicos? Numa ação de
534 Educação Ambiental alternativa, por exemplo, cujo espaço é a rua. Como identificar como público-
535 salvo específico, eu creio que esse artigo pode não estar, a redação parece que está limitando o
536 projeto de Educação Ambiental não escolar, porque não há como... Como os projetos devem focar
537 público-alvos específicos.

538

539

540 **A SRª. VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Porque assim, você vai trabalhar. Vamos ver se eu entendi
541 direito. Se você vai trabalhar fora das escolas, você vai trabalhar com toda a sociedade, mas para
542 trabalhar com toda a sociedade, você tem que ter o projeto só acontece com toda a sociedade, na
543 verdade, nós temos que ter um objetivo, um projeto de Educação Ambiental para a bacia do rio São
544 Francisco, qual é o público alvo? É o público da bacia. Não sei se você consegue simplesmente um
545 projeto que chegue a todos sem focar qual é o objetivo específico, enfim, não dá para ser tão
546 genérico. Tem Educação Ambiental formal, não formal e informal. Existem essas divisões, mas de
547 qualquer forma você tem que ter algum foco mesmo naquela que é fora da escola.

548

549

550 **O SR. ROBERTO MONTEIRO** – Na verdade não há limitação... Complementando o que ela está
551 colocando, pelo entendimento que eu estou tendo, não seria uma limitação e sim um foco, o
552 específico no sentido de você ter um direcionamento, não dá para fazer Educação Ambiental, um
553 projeto para o Brasil inteiro, até dá, mas você faz um projeto para a bacia do Paracatu, vamos dedica
554 lá, dedicada a toda comunidade da bacia do Paracatu ou ali do alto Tocantins. Então, você faz um
555 projeto para o alto Tocantins. É mais em questão de foco, de direcionamento.

556

557

558 **A SRª. CLEIDEMAR VALÉRIO (CONAMA)** – Se a idéia, se o texto dá a entender para alguém da
559 Câmara que ele está limitando, poderá dá a entender para outros setores. Eu proponho que nós
560 modifiquemos ligeiramente a redação, no sentido de deixar claro que o projeto deve ter
561 especificações, deve se adequar às especificidades de cada público-alvo, não é essa a idéia, aí não
562 fica claro?

563

564 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Ele está objetivando focar públicos-alvos,
565 ele não dá nenhuma qualificação fora do enfoque.

566

567

568 **A SRª. VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Deixa-me só explicar uma coisa. Para as campanhas não
569 tem público-alvo, campanhas são para todos é abrangente. Projeto tem que ter público-alvo, por isso
570 que ele está aí. Agora, não sei se de repente é o caso de excluir artigo como um todo, porque quanto
571 às sinergias e articulações, no art. 8º, será que ele já não estaria presente? Adequasse ao público
572 alvo... Não. Quanto a abordagem utilitaristas, não está falando em focar. O artigo que nós estamos
573 discutindo aqui, o 10º é só para diferenciar, deixar claro para as pessoas, seria para isso, mas não
574 está claro, que campanha é para todos, é difuso. Agora, projeto tem que ter público-alvo.

575

576

577 **A SRª. THAÍS PEREIRA (MMA)** – Seguindo um pouquinho dessa linha do que a Viviane falou.
578 Dialogando com isso que você está colocando, eu ira sugerir só para nós melhorarmos um pouquinho
579 a compreensão e colocar, os projetos devem definir público-alvo, instaurando, ao invés de focar o
580 público-alvo específico, esse específico é que parece que você tem que excluir, parece que uma
581 coisa de excluir. Definir público-alvo, aí tira o específico, aí instaurando. Porque aí dá essa diferença
582 do que a Viviane está falando das campanhas que é uma coisa mais difusa, indeterminado, nós não
583 sabemos quem são nas campanhas pode estar sujeito naquele processo de formação ou
584 comunicação. Aqui não, como é projeto, ele define um público-alvo.

585

586

587 **O SR. EDER LEONARDO C. BORBOREMA (Ministério do Esporte)** – Contemplado. Na segunda
588 parte, instaurando e potencializando articulações em todos os segmentos que trabalham com
589 Educação Ambiental. Como a comunidade tradicional que tem uma localidade na descrição social

590dada, vai trabalhar com todos os segmentos, exemplificando. Talvez nem todos... Talvez nem todos
591os atores, porque está aqui, art. 5º, são agentes da construção, promoção e divulgação de
592campanhas os seguintes atores sociais. Então, essa Resolução serve a estes, estes devem cumprir
593entre eles poder público, instituições, educação. Alguns destes podem articular entre todos os
594segmentos, alguns desses conseguem.

595

596

597**A SRª. PATRÍCIA (OCA BRASIL)** – Esses são os agentes.

598

599

600**O SR. EDER LEONARDO C. BORBOREMA (Ministério do Esporte)** – Esses agentes não vão...

601

602

603**A SRª. PATRÍCIA (Oca Brasil)** – Interagir com a comunidade.

604

605

606**O SR. EDER LEONARDO C. BORBOREMA (Ministério do Esporte)** – Eles vão construir a ação
607esses agentes, que sendo não escolar devem articular entre todos os segmentos. E, por exemplo, se
608uma instituição, uma entidade, um ator social tiver um projeto, mas ela não consegue alcançar um
609segmento, vai ser inviabilizado? Essa é a pergunta? Então assim, podem, devem, só para não
610restringir também, mais uma vez.

611

612

613**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Alguém tem alguma consideração sobre?

614

615

616**A SR.ª MARIA JOSÉ DE SOUZA HOLANDA (Governo Ceará)** – Eu não estou conseguindo
617compreender o que o Éder está querendo colocar, sinceramente não estou compreendendo dentro
618desse contexto que está colocado no artigo.

619

620

621**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Alguém gostaria de esclarecer esse
622entendimento?

623

624

625**O SR. EDER LEONARDO C. BORBOREMA (Ministério do Esporte)** – Vamos lá, na leitura do texto:
626“Art. 10º No âmbito da Educação Ambiental não-escolar, os projetos devem definir públicos-alvos
627instaurando e potencializando articulações entre todos os segmentos que trabalham com Educação
628Ambiental”. Eu pergunto se determinado projeto de Educação Ambiental não-escolar não conseguir
629instaurar e potencializar articulações com todos os segmentos, por exemplo, se não tem alcance a
630um determinado segmento e também eu gostaria de um esclarecimento sobre os conceitos dos
631segmentos, quais são os segmentos? Se o projeto não consegue alcançar um segmento ele será
632inviabilizado de acordo com esse artigo? Obrigado.

633

634

635**A SRª. THAÍS PEREIRA (MMA)** – Eu iria fazer uma sugestão um pouquinho diferente, porque isso é
636uma utopia de nós na Educação Ambiental podermos fazer um diálogo com o todo, com a
637diversidade. Aí seguindo isso, eu ia colocar assim, no âmbito da Educação Ambiental não-escolar, os
638projetos devem definir públicos-alvos, visando instaurar e potencializar articulação entre todos os
639segmentos que trabalham com Educação Ambiental. Essa visando instaurar e potencializar a
640articulação entre todos os segmentos que trabalham com Educação Ambiental.

641

642

643**A SR.ª MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – Visando não, porque fica assim deve
644definir o público-alvo, visando, quer dizer, você define o público-alvo visando. Aí você está
645relacionando o público alvo com...

646

647

648**A SRª. THAÍS PEREIRA (MMA)** – É verdade.

649

650

651**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Objetivando.

652

653

654 **A SR.^a MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – Essa é uma situação desejável, nós
655 queremos que qualquer projeto de Educação Ambiental, não atue isoladamente, isso é o diálogo que
656 nós queremos realmente estabelecer com todos aqueles órgãos e instituições que vêm trabalhando
657 com a Educação Ambiental. É uma situação desejável, mas não exclui, não é excludente. Dizer, se
658 não puder fazer, não vai conseguir. Então, eu acho que é por aí. Ajuda, em ajuda?

659

660

661 **O SR. EDER LEONARDO C. BORBOREMA (Ministério do Esporte)** – Ótimo contemplado. A
662 intenção está clara e é das melhores, mas ela tem que refletir na letra da Regimentação.

663

664

665 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Qual é o consenso?

666

667

668 **A SR.^a KEILAH DINIZ (Ministério da Cultura)** – Eu acho que ficou uma coisa que ele colocou aí,
669 que é a questão dos segmentos, quer dizer, às vezes quando você fala em segmentos também você
670 foca demais, que segmentos são esses? O que se entendem os segmentos? Além, dos segmentos, o
671 que teria?

672

673

674 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Talvez ele queira dizer entre todos os
675 segmentos, que sejam os segmentos governamental e não-governamental, que são instituições que
676 podem apresentar projetos.

677

678 **O SR. ROBERTO MONTEIRO** – Segmento cabe tudo, é equivalente a atores.

679

680

681 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Vamos deixar na letra do advogado?

682

683

684 **A SR.^a NÃO IDENTIFICADA** – É entra segmentos.

685

686

687 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – O português está correto do ponto de vista de
688 educação? Vamos ficar na letra jurídica? Eu entendi assim, os segmentos são os outros?

689

690

691 **A SR.^a NÃO IDENTIFICADA** – Segmentos são setores da sociedade.

692

693

694 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Potencializando articulações entre todos os
695 segmentos. Eu acho que nós estamos sendo um pouquinho, querendo pegar demais a letra. Vamos
696 aprovar assim, Viviane?

697

698

699 **A SR.^a VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Vamos. Eu aprovo.

700

701 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Então, a modificação em definir, ao invés de
702 enfoca.

703

704

705 **A SR.^a NÃO IDENTIFICADA** – É só definir e para todos. Não, específicos e todos.

706

707

708 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Já está corrigido?

709

710

711 **A SR.^a NÃO IDENTIFICADA** – Já está.

712

713

714 **A SR.^a VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Vamos seguir a leitura, então? “Art. 11º Cumpre Órgão
715 Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental e as Comissões Interinstitucionais de Educação

716Ambiental amparem, incentivem e disponibilizarem metodologias para campanhas, projetos e
717programas socioambientais de comunicação, mobilização e informação ambientais”.

718
719

720**A SR.^a MARIA JOSÉ DE SOUZA HOLANDA (Governo Ceará)** – Eu gostaria de fazer uma proposta
721não de retirada, mas de acréscimo. Eu sugiro que aonde conclui o final, que tem informação
722ambientais, seja acrescido: "Bem como apoiar os processos de formação de educadores ambientais".
723“Cumpra ao órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental e às comissões
724interinstitucionais de Educação Ambiental amparar, incentivar e disponibilizar metodologias para
725campanhas, projetos e programas socioambientais de comunicação, mobilização, informação
726ambientais, bem como apoiar os processos de formação, de educadores ambientais”.

727
728

729**A SR.^a MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – Ao invés, de tira o E, e coloca a vírgula,
730informações ambientais e processos de formação.

731
732

733**A SR.^a MARIA JOSÉ DE SOUZA HOLANDA (Governo Ceará)** – É também pode. É porque o que eu
734quero destacar é que, além de o que já foi explicitado, também viesse o apoio aos processos de
735formação de educadores ambientais, que os processos de educadores ambientais tanto é na escola,
736como os formadores de Educação Ambiental populares, que não está implícito, só formação de
737educadores ambientais dentro da escola, tem os educadores ambientais populares.

738
739

740**A SR.^a CLEIDEMAR VALÉRIO (CONAMA)** – Então, ficaria assim: “Socioambientais de comunicação,
741mobilização, formação de educadores”. É isso?

742
743

744**A SR.^a VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – E informações ambientais. É, porque aí não perdem
745ambientais, mas fica bem.

746
747

748**A SR.^a CLEIDEMAR VALÉRIO (CONAMA)** – “Mobilização, formação de educadores e informação
749ambientais”.

750
751

752**A SR.^a MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – Eu queria também colocar aqui.
753“Cumpra ao órgão gestor e às comissões interinstitucionais de educação ambiental”. Eu colocaria,
754acrescentaria amparar, incentivar, disponibilizar e propor. Eu colocaria propor.

755
756

757**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Amparar e propor.

758
759

760**A SR.^a MARIA JOSÉ DE SOUZA HOLANDA (Governo Ceará)** – Ali nós tínhamos colocado assim,
761da seguinte forma: “Amparar, incentivar, disponibilizar metodologias para campanhas, projetos e
762programas socioambientais de comunicação, mobilização e informação ambientais, bem como
763apoiar”. Quer dizer, estou pedindo para, reforçando, quer dizer, está pedindo que tanto as CEAs, as
764Comissões Interinstitucionais, como o Órgão Gestor possam apoiar os processos de formação de
765educadores ambientais, porque aí dá o destaque, não fica entre, mas uma coisa destacada.

766
767

768**A SR.^a CLEIDEMAR VALÉRIO (CONAMA)** – Mobilização e informação, tirar o, ambientais, porque já
769são projetos, programa socioambientais está redundante ali.

770
771

772**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Quanto à questão de propor antes de
773amparar?

774
775

776**A SR.^a MARIA JOSÉ DE SOUZA HOLANDA (Governo Ceará)** – É propor que a Maria do Rosário
777solicitou que fosse, é porque a CEAs trabalha muito em cima de proposta, ela faz proposições para
778que alguma coisa seja... Por isso, quando se refere à CEAs, ela está pedindo primeiro, propor...

779Começa com propor. “Propor, amparar, incentivar e disponibilizar metodologias para campanhas,
780projetos e programas socioambientais de comunicação, mobilização e informação, bem como apoiar
781os processos de formação de educadores ambientais”.

782

783

784**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Então, fica sinteticamente entendido que, que
785cumpra o órgão gestor propor campanhas e projetos?

786

787

788**A SR.^a MARIA JOSÉ DE SOUZA HOLANDA (Governo Ceará)** – É.

789

790

791**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – É isso, porque, cumpra órgão gestor propor,
792amparar, etc. Campanhas e projetos...

793

794

795**A SR.^a NÃO IDENTIFICADA** – Porque junto ao órgão gestor está a CEAs e a CEAs propõe.

796

797

798**A SR.^a PATRÍCIA (Oca Brasil)** – Metodologias.

799

800

801**A SR.^a NÃO IDENTIFICADA** – Propor, amparar, incentivar, disponibilizar metodologias para
802campanhas, projetos. Não é campanha, é a metodologia da campanha.

803

804

805**A SR.^a MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – É porque ele colocou no mesmo artigo
806a CEAs junto com o órgão gestor, que têm inclusive papéis diferenciados, porque a CEAs, uma das
807finalidades da CEAs é propor. É conceber, é propor, é definir diretrizes, são papéis diferenciados.

808

809

810**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – É pertinente? OK. Só coloquei como dúvida.

811

812

813**A SR.^a THAÍS PEREIRA (MMA)** – Esse propor está um pouco nesse sentido de diretriz, é isso que eu
814iria ressaltar esse propor, eu acho que ele traz um pouco dessa proposta de diretriz. Então, eu acho
815que fica contemplado e fica apropriado à legislação.

816

817

818**A SR.^a MARIA JOSÉ DE SOUZA HOLANDA (Governo Ceará)** – Então, aceito a inclusão de
819formação de educadores ambientais?

820

821

822**A SR.^a VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – “Art. 12 Os órgãos e entidades do SISNAMA deverão
823providenciar os necessários meios de apoio e fomento financeiro para as atividades disciplinadas
824nesta Resolução. Art. 13 As normas desta Resolução aplicam se também as revisões e novações da
825licença em vigor”.

826

827

828**O SR. ROBERTO MONTEIRO** – Eu só tenho uma sugestão que seria o seguinte. As normas desta
829Resolução, a Resolução é uma norma. Então, para evitar uma coisa meio confusa, o deposto nesta
830Resolução aplica se também as revisões...

831

832

833**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Estão todos de acordo com a nova redação?
834Podemos aprová-la? Aprovada, passamos para o próximo.

835

836

837**A SR.^a VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – “Art. 14 O CONAMA e o órgão gestor da Política Nacional
838de Educação Ambiental e seus respectivos âmbitos de atuação promoverão ampla publicidade dos
839termos desta Resolução a todos os entes públicos e privados a que se dirigem os seus preceitos”. Eu
840acho que eu colocaria ampla publicidade dos termos dessa Resolução, porque é tão ampla, toda a

841 sociedade praticamente que se dirigem a esses preceitos, acho que não precisaria, ampla publicidade
842 desta Resolução, ponto.

843

844

845 **A SR.^a CLEIDEMAR VALÉRIO (CONAMA)** – A pergunta que eu faço, nós vamos dá um tratamento
846 diferenciado para está Resolução, nós vamos agora dá ampla publicidade, fazer diferente do que se
847 faz até agora que é publicar no Diário Oficial. É a pergunta que eu faço, qual é o objetivo desse
848 artigo?

849

850

851 **A SR.^a VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – O CONAMA dá um tratamento diferente Cleide, também,
852 devolvendo assim, porque eu não sei como é que é feita?

853

854

855 **A SR.^a NÃO IDENTIFICADA** – O órgão gestor pode...

856

857

858 **A SR.^a VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Eu acho que ele tem essa função mesmo. Agora o
859 CONAMA quando sai uma norma ele publica normal no Diário Oficial, publica na página do CONAMA.
860 Agora, não sei se tem uma campanha para isso, para as campanhas de Educação Ambiental, não vai
861 ter isso. Então, acho que ampla publicidade...

862

863

864 **O SR. ROBERTO MONTEIRO** – Não é normal ter um artigo em Resolução dizendo que promoverão
865 a publicidade, porque toda a estrutura de governo pública pressupõe o princípio da publicidade, mas
866 não em campanhas e sim publicado em Diário Oficial e é disponibilizado no site do CONAMA e a
867 cadeia do sistema como um todo promove essa publicidade, digamos assim, a divulgação, o acesso
868 às informações.

869

870 **A SR.^a CLEIDEMAR VALÉRIO (CONAMA)** – Minha proposta é tirar esse artigo.

871

872

873 **A SR.^a THÁIS PEREIRA (MMA)** – E se nós tirássemos o CONAMA e mentisse isso como só órgão
874 gestor da política, porque ele tem um lado definida na legislação, uma dessas obrigações de dá
875 ampla divulgação, as diretrizes da Política Nacional, das recomendações e Resoluções, obrigações
876 do órgão gestor. Então, de repente se nós tirássemos o CONAMA e...

877

878

879 **O SR. ROBERTO MONTEIRO** – Eu acho que é pior, porque você vai está dando ordem para um
880 órgão de outra estrutura. O órgão gestor é da Política Nacional de Educação Ambiental. MEC e tudo
881 mais, promoverão, está dando ordem e é desnecessário.

882

883

884 **A SR.^a THÁIS PEREIRA (MMA)** – Pode ser a minha preocupação é assim, e o Decreto da Política
885 Nacional, ele diz que o órgão gestor deve dá as diretrizes observadas as Resoluções do CONAMA e
886 do CNE. Então, não seria um órgão obedecendo a uma diretriz de um outro, assim uma
887 recomendação de um outro órgão, mas sim o órgão gestor do próprio SISNAMA, com essa obrigação
888 que de certa forma já tem na sua competência, mas só reforçaria como o órgão gestor também o
889 responsável por isso, não sei.

890

891

892 **A SR.^a VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Essa redação foi proposta pelo Dr. Rubens, para tentar
893 reforçar a Resolução. De repente nós possamos reforçar por outras palavras, não falar em
894 publicidade, que já é um princípio, como o Roberto falou, já é um princípio da Constituição, para os
895 órgãos públicos, temos que observar mesmo, nós vamos divulgar no Diário Oficial, isso é o mínimo,
896 mas talvez a intencionalidade do Dr. Rubens quando propôs fosse apoiar as diretrizes que estão
897 nesta Resolução, apoiar a concretização delas, para que elas não fiquem só no papel. Reforçar esse
898 caráter de orientação mesmo, de disponibilizar de verdade as metodologias, como já está aqui no art.
899 11, mas fazer com que as pessoas saibam que tem que observar essas metodologias, essas
900 diretrizes.

901

902

903 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – As que se dirijam os seus preceitos é a
904 conclusão. Posso ler à justificativa dele? “Por último, incluí um dispositivo agrafado no art. 11º que
905 preconiza a ampla divulgação dos preceitos desta proposta, para que não venham melancolicamente
906 torna-se letra morta pela simples omissão de tão óbvio cuidado”.

907

908

909 **A SRª. VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Foi um carinho com a Resolução, foi muito bonito o parecer,
910 é um carinho mesmo. Vamos deixar, então?

911

912

913 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Acredito que sim, vamos deixar
914 carinhosamente e como está.

915

916

917 **A SRª. VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Se na Plenária do CONAMA depois, acharem que está
918 redundante.

919

920

921 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Deixa para o CONAMA mexer. Vai ter que ser
922 apresentado todo o texto ao CONAMA, todos os Conselheiros vão se manifestar, obviamente que
923 observando aos técnicos da Câmara Técnica. Então, aqueles que tiverem a sugestão vão dar o
924 ensejo a que ele defenda o Dr. Rubens a proposta dele. Então, acho que seria...

925

926

927 **A SRª. MARIA JOSÉ DE SOUZA HOLANDA (Governo Ceará)** – Eu gostaria só, eu estava aqui
928 conversando com a minha vizinha lá da Bahia e nós pensamos da seguinte forma, ao invés, de falar
929 assim promoverão ampla publicidade, que dá mais uma conotação de custo, de coisa que já está
930 embutida realmente no que compete ao papel da administração pública, nós gostaríamos de sugerir
931 que pudesse colocar da seguinte forma: "Promoverão ampla divulgação". Porque a divulgação dá
932 uma conotação diferente de publicidade, mas torna, faz conhecido. Então, nós pensamos da seguinte
933 forma: "Promoverão ampla divulgação". Porque aí você terá várias formas de divulgar, não
934 necessária.

935

936

937 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Por meio de publicidade também.

938

939

940 **A SRª. MARIA JOSÉ DE SOUZA HOLANDA (Governo Ceará)** – Também, mas não explicitamente
941 publicidade.

942

943

944 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – É mais abrangente.

945

946

947 **O SR. ROBERTO MONTEIRO** – Publicidade que está colocado aí é no sentido público.

948

949

950 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Divulgação é mais abrangente.

951

952

953 **A SRª. MARIA JOSÉ DE SOUZA HOLANDA (Governo Ceará)** – Certo, concordam?

954

955

956 **A SRª. VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Está ótimo.

957

958

959 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Não tira a melancolia do texto.

960

961

962 **A SRª. VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – “Art. 15 A presente Resolução entrará em vigor na data da
963 sua publicação revogada as disposições encontradas”.

964

965

966 **O SR. ROBERTO MONTEIRO** – Pode tirar isso que não pode colocar.
967
968
969 **A SR^a. VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Revogadas as disposições encontradas, não pode
970 Roberto?
971
972
973 **O SR. ROBERTO MONTEIRO** – Você só pode revogar específica.
974
975
976 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Mas isso vai ser passado na Plenária, e ele
977 vai ter que defender esse texto todo. Roberto vai ser apresentado ao Plenário, vai ser lida e ele vai
978 tentar fazer uma defesa aí da letra dele.
979
980
981 **A SR^a. VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Então, mas essa inclusão é nossa. Esse final aqui, que eu
982 fiz era publicação ponto, aí ele colocou revogadas as disposições contrárias, eu vou colocar, pois
983 reforça.
984
985
986 **A SR^a. CLEIDEMAR VALÉRIO (CONAMA)** – Vamos lá ao primeiro. Considerando que eu me
987 equivoquei, considerando o disposto no *caput* do art. 225 e em seu mesmo, porque está
988 considerando as duas coisas, tira só o inciso, só a palavra inciso e mantém, tira a vírgula, eu me
989 enganei, fiz uma proposta.
990
991
992 **A SR^a. VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Não, deixa o segundo em vermelho, só vai tirar do taxado o
993 E em seu, tira só. Aí fica normal, § 1º inciso 6º.
994
995
996 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Bom, o art. 15º ficou valendo, então?
997
998
999 **A SR^a. CLEIDEMAR VALÉRIO (CONAMA)** – Não deu certo, não.
1000
1001
1002 **A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – Seu § 1º. O § está lá.
1003
1004
1005 **A SR^a. KEILAH DINIZ (Ministério da Cultura)** – No *caput* e § 1º do art. 225.
1006
1007
1008 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Eu posso fazer uma questão, isso não passou
1009 no jurídico? Será que nós teríamos essa condição. Já passou veio para nós e vai votar. Será que o
1010 jurídico não teria mais capacidade do que nós para fazer essa letra.
1011
1012
1013 **O SR. ROBERTO MONTEIRO** – Desta forma que está aí, só pode se o inciso 6º for do § 1º. Se for de
1014 outro artigo.
1015
1016
1017 **A SR^a. THÁIS PEREIRA (MMA)** – Então, essa é minha dúvida, eu fiquei com essa dúvida. O inciso
1018 ele é do § ou ele é do § 1º? Vamos vê se alguém está com ele aí, senão eu posso subir ali e vê se
1019 tem alguma...
1020
1021
1022 **O SR. ROBERTO MONTEIRO** – São as duas coisas. É o *caput* do art. 225 de o inciso 6º do § 1º.
1023 Então, vai ter que botar e em seu § 1º, inciso 6º, da Constituição Federal.
1024
1025
1026 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Você não quer dar uma lida na versão
1027 anterior?
1028

1029 **A SRª. VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Estava só art. 225, § 1º, inciso VI. Sem falar em seu e em
1030 *caput*, porque quando você fala do artigo, me parece meio lógico que você quer que leia o artigo
1031 *caput*, mais o §, mais o inciso que é o que interessa. Aí foi proposta pelo GERC que ficasse, quando
1032 eu consolidei aqui os considerando-se estava assim: “O segundo considerando da antiga
1033 recomendação que fala sobre a inserção do SISNAMA que estava considerando o disposto no *caput*
1034 do art. 225 e em seu § 1º inciso 6º da Constituição Federal”.

1035

1036

1037 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Esse é o original?

1038

1039

1040 **A SRª. VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Esse que eu acabei de ler é o do Dr. Rubens veio da
1041 GERC. A Thaís está indo buscar uma Constituição e nós já resolvemos. Será que nós podemos ir
1042 fazendo outra coisa?

1043

1044

1045 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – O art. 15º que está finalizando, ficou como
1046 está na sua redação?

1047

1048

1049 **A SRª. VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Não, tiramos.

1050

1051

1052 **O SR. ROBERTO MONTEIRO** – Como eu sou um estranho no ninho, eu me preocupei com uma
1053 expressão, um neologismo, Educomunicação, a palavra não existe. Para uma norma nacional, quem
1054 lê como eu que sou Edu, dá para correlacionar, mas só que é uma expressão da área, dos iniciados
1055 no assunto.

1056

1057 **A SRª. VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – É uma expressão da comunicação mesmo.

1058

1059

1060 **O SR. ROBERTO MONTEIRO** – Não é ampla.

1061

1062

1063 **A SRª. VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Mas Educomunicação é uma expressão tipo Educação
1064 Ambiental, tem todo um caráter crítico, não dá para usar uma outra querendo falar de uma linha
1065 identitária mesmo da comunicação.

1066

1067

1068 **A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Nós podemos fazer uma palavra, não é um neologismo, aí é uma
1069 aglutinação, eu acho que dá para deixar.

1070

1071

1072 **A SRª. VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Se não é o caso de explicar, assim, como nós estamos
1073 falando, entende-se por campanha... Nós podemos colocar assim: Devem (...) para fins destas
1074 Resoluções, os processos que incentivam, promovam e amparem.

1075

1076

1077 **A SRª. THAÍS PEREIRA (MMA)** – Vocês querem colocar isso. Então, eu vou fazer a leitura para nós,
1078 porque eu acho que o que a Viviane tinha colocado fica contemplado, sem ter que dizer *caput* e § 1º e
1079 inciso. Porque o 225 vem trazendo que todos têm direito ao Meio Ambiente ecologicamente
1080 equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida impondo-se ao poder
1081 público, coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações. § 1º
1082 Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público, aí eu vou lá ao inciso 6º,
1083 promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a
1084 preservação do Meio Ambiente. Se nós colocarmos art. 225, § 1º, inciso 6º, acho que está
1085 contemplado a idéia, nós não precisamos fazer essa repetição.

1086

1087

1088 **O SR. ROBERTO MONTEIRO** – Esse é o famoso dispositivo mais importante da área de Meio
1089 Ambiente, Dr. Rubens sempre bate nesse artigo e você vê que está praticamente transcrito o *caput* e
1090 transcrito também o §. Então, é melhor deixar como está disposto no *caput* no art. 225 e em seu § 1º
1091 inciso 6º da Constituição, sobre a obrigação da coletividade que é o *caput* 225 e do poder público

1092promover Educação Ambiental, deixa como está. Ele está fazendo referência, remissão e
1093transcrevendo.

1094

1095

1096**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Todos de acordo com o preciosismo do Dr.
1097Rubens? Aprovamos, então. Estou considerando aprovada todo o item da pauta, estou considerando
1098aprovada essa discussão aqui.

1099

1100**A SRª. VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Aqui, depois de falar com o Roberto acho que com todo
1101mundo, nós estamos pensando numa alteração do art. 6º, que como Educomunicação é um termo
1102muito utilizado, até tem um caráter identitário para os processos de formação e também para os de
1103comunicação, mas para não ter problema, para que todo mundo não achar que é neologismo e que
1104tem que sair da Resolução, nós vamos explicar no que consiste. “As campanhas deverão incorporar
1105Educomunicação Ambiental que, para fins desta Resolução, é entendida como os processos que: I
1106incentivem a gestão participativa; II promovam o acesso democrático; III amparem os processos
1107formativos e IV articulem e mobilizem as comunidades”. Porque os incisos já são as explicações do
1108que faz. Não incentivem que é os processos que... Incentivem, depois vem promovam. Depois vem
1109amparem e depois articulem e mobilizem.

1110

1111

1112**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – OK, todos de acordo com todas as alterações
1113e proponentes? Então, o item 3 fica aprovado por todos os Conselheiros. Encerramos essa parte de
1114hoje e pedindo que todos voltem pontualmente às 14h00, impreterivelmente às 14h00 para
1115continuarmos os trabalhos e podermos encerrar a questão do item 3.1, que vai ser um pouco mais
1116longo. Então, até às 14h00. Obrigado.

1117

1118

1119(Intervalo para almoço)

1120

1121

1122**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Boa tarde a todos. Nilo também, bom tarde,
1123agora nessa segunda rodada. Queria inicialmente pedir desculpas pelo atraso, tínhamos combinado
1124as 14h00, mas estamos começando agora, 14h45min. Vamos ter que fazer rapidamente os
1125encaminhamentos, porque a próxima reunião nossa será em novembro e não será possível resolver
1126mais nada em relação à discussão da questão da educação ambiental e o seminário. Bom, Nilo, você
1127tem algum encaminhamento, alguma coisa a falar?

1128

1129

1130**O SR.NILO DINIZ (CONAMA)** – Bom, boa tarde a todos. Eu peço desculpas, não sei se vocês
1131estavam me aguardando para iniciar, mas se estavam, eu agradeço primeiro a deferência, e depois
1132peço desculpas pelo atraso. Nós fizemos, depois da última versão discutida na Câmara Técnica,
1133fizemos já fizemos dois movimentos, a Cleide pode me corrigir se eu estiver errado, pelo menos duas
1134iniciativas de contribuições que vieram do Ministério do Meio Ambiente, tanto na primeira alteração,
1135que foi enviada a vocês por correio eletrônico, quanto em uma segunda que nós ouvimos e, recebeu
1136algumas contribuições do Governo do Paraná e também algumas contribuições aqui do departamento
1137de Educação Ambiental e do departamento de Responsabilidade Sócioambiental e Cidadania, ambos
1138da Secretaria de Articulação Institucional em Cidadania, a SAIC, e também algumas sugestões do
1139MEC que recebemos e procuramos aqui incorporar. Acho que está até na tela, não sei, presidente, se
1140quer que mostremos um pouco como ficou nessa versão com alterações, tanto as que foram
1141enviadas a vocês anteriormente, quanto a outras que chegaram ainda ontem e que incorporamos.

1142

1143

1144**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Sim, seria interessante esclarecer a todos os
1145Conselheiros.

1146

1147

1148**O SR.NILO DINIZ (CONAMA)** – Quais são, para inclusive vermos como a Câmara Técnica essas
1149sugestões. Agora, me parece, a Cleide estava me explicando, do Governo da Bahia também tinha
1150uma apresentação sobre como é que andam lá os preparativos, não sei, é isso? Não sei como vocês
1151querem fazer primeiro.

1152

1153**A SR.ª MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – Se vocês quiserem. Eu dou uma visão
1154geral.

1155

1156 **A SR.ª CLEIDEMAR VALÉRIO (CONAMA)** – Nilo, eu queria só complementar que quando nós
1157 saímos daqui, nos reunimos em grupo a Viviane, Thaís, Daniela, Rachel, Cleidemar, Deuscleide e
1158 nós fizemos a primeira consolidação da proposta que saiu da Câmara. E esta proposta nós
1159 submetemos à apreciação da direção do CONAMA, recebemos as sugestões, ele incorporou, colocou
1160 várias sugestões consultando mais elementos ainda do próprio Ministério. Com toda a experiência
1161 dele, nós fizemos uma primeira minuta que enviamos ao Ministério de Meio Ambiente e esta minuta
1162 veio com sugestões, tanto do DEA e da SAIC e nós disponibilizamos. Mas nós não paramos aí, nós
1163 continuamos com a rodada, porque cada vez que nós colocamos, nós recebemos mais input e não
1164 dava mais tempo de disponibilizarmos todas essas informações, mas nós resolvemos trabalhar
1165 internamente com elas e o produto está aí na mão do Nilo e é isso que ele vai falar para vocês, está
1166 bom?

1167

1168 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Tudo de acordo, então? Quer ter a palavra
1169 então, Rosário?

1170

1171 **A SR.ª MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – Eu posso dar informações sobre os
1172 encaminhamentos que foram dados à operacionalização do seminário em Salvador. Nós tivemos
1173 várias reuniões, construímos um termo de referência, não finalizamos. Já construímos também um
1174 projeto executivo do seminário que está inconcluso, porque nós não fechamos programação, nós
1175 tivemos o cuidado de respeitar todas as sugestões dadas aqui em várias reuniões e nós deixamos
1176 para fechar aqui com todos nós aqui a programação, porque tinha várias sugestões de nomes para
1177 composição de Mesa, para palestrante, para apresentação de experiências. Então, deixamos para
1178 fechar esses nomes aqui na nossa reunião. Agora, pelo nosso lado nós fizemos o termo de
1179 referência, está em processo de licitação, nós vamos contratar uma empresa para se responsabilizar
1180 por toda a estrutura e logística do evento, para que tudo funcione muito bem e nós tenhamos um
1181 evento bonito, com bastante impacto. Agora, eu estou muito preocupada porque isso tudo é muito
1182 interessante, é bom que tenhamos um evento bem estruturado, mas o sucesso do evento quem faz
1183 são as pessoas, os participantes, os palestrantes, a mobilização que se faz. Quer dizer, todos esses
1184 encaminhamentos ainda que estão pendentes e que precisamos aqui realmente sentar e ver de que
1185 forma vamos tocar de uma maneira mais ágil, mais eficiente, para que tenhamos os resultados que
1186 queiramos ter.

1187

1188

1189 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Maria José, alguma consideração também?

1190

1191

1192 **A SR.ª MARIA JOSÉ DE SOUZA HOLANDA (Governo Ceará)** – Eu tenho a considerar o seguinte,
1193 acho que toda sugestão é bem-vinda, mas nós passamos esse tempo aqui, vários meses, desde o
1194 mês de junho, se reunindo e apenas no mês de setembro nós não tivemos reunião e discutindo,
1195 inclusive na nossa última reunião tivemos um trabalho enorme de cada tema proposto, encontramos
1196 um objetivo para esse tema. Aí eis que de repente surgem coisas que não foram aqui discutidas,
1197 vemos que são sugestões, mas até que ponto essas sugestões vão ser aceitas pela Câmara Técnica.
1198 Nessa questão aqui que não foi colocada, porque os Grupos de Trabalho já tínhamos escolhido os
1199 temas dos Grupos de Trabalho e foram acrescentados alguns temas que não tinham sido discutidos,
1200 como por exemplo a questão da 3ª Conferência Nacional, eu acho que é uma coisa, deliberações da
1201 conferência, no meu entendimento, é uma coisa para um seminário, porque é amplo, é extenso, só
1202 quem participou sabe o quanto que custa você discutir deliberações de conferência. Aí, outro tema
1203 que não estava aqui proposto pela nossa última reunião, que foi a questão da educação ambiental no
1204 licenciamento do âmbito do SISNAMA. Nós tínhamos colocado educação ambiental, mas a questão
1205 de licenciamento em contrapartida à questão de licenciamento e compensação ambiental. Quer dizer,
1206 tema que tinha sido proposto era licenciamento ambiental/compensação ambiental. A questão de
1207 que a compensação ambiental não é uma coisa que nem todo mundo sabe, de como que se faz essa
1208 compensação ambiental, então, seria uma oportunidade para os empresários que estão participando
1209 do evento, que é um evento voltado para a educação ambiental na perspectiva da educação
1210 ambiental para o empresariado, que seria muito bom. E outro tema também que foi colocado é a
1211 questão dos financiamentos para projetos de educação ambiental, que foi uma coisa que também foi
1212 discutida e que nessa versão aqui apareceu outras coisas. E também nomes, os nomes não foram
1213 nenhum escolhidos, foram apenas sugeridos e também alguns nomes sugeridos nessa versão não
1214 estamos encontrando, como no caso do Marcos Sorrentino, porque eu acredito que independente de
1215 ser ou não diretor, de ter sido, é a história do que a pessoa vem fazendo na educação ambiental. Eu
1216 estive em educação ambiental há 21 anos, desde 1987, na criação da CEMASI, nesses 21 anos tive
1217 a CEMASI uma vez que em 4 anos tive 3 superintendentes, mas eu continuo lá fazendo educação

1218ambiental. Então, a história não pode ser anulada por uma mudança de diretoria, por uma mudança
1219de direção. Então, são essas as considerações que eu gostaria que fossem vistas e que pudéssemos
1220discutir tudo como tem sido desde o princípio.

1221

1222

1223**O SR. NILO DINIZ (CONAMA)** – Só um esclarecimento. No caso da compensação ambiental, o que
1224você está se referindo é a Mesa Redonda das 14h00, do dia 4, Educação Ambiental no
1225Licenciamento, antes era licenciamento/compensação, é essa? Porque eu não estou me lembrando.

1226

1227

1228**A SR.ª MARIA JOSÉ DE SOUZA HOLANDA (Governo Ceará)** – Eu estou me referindo é nesse
1229aqui, no Grupo de Trabalho, que tínhamos colocado licenciamento ambiental e compensação
1230ambiental. Aí foi sugerido aqui, educação ambiental no licenciamento no âmbito do SISNAMA, que é
1231Grupo de Trabalho. É o tema.

1232

1233

1234**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Éder tem alguma consideração a fazer? OK.

1235

1236

1237**O SR. NILO DINIZ (CONAMA)** – Poderia apresentar com mais detalhes, inclusive já observando
1238também as considerações que foram feitas pela Maria José, lá da CEMACI. Primeiro, como a Cleide
1239bem lembrou, o grupo foi designado pela Câmara Técnica, se reuniu logo em seguida, na reunião
1240anterior e teve a oportunidade de trabalhar um pouco mais, porque na reunião anterior de fato a
1241Câmara Técnica deu um avanço muito grande em termos de focar mais o seminário com objetivos e
1242produtos, porque ele estava ainda, da reunião anterior para a anterior a ela, tinha uma característica
1243bastante genérica ainda, e aí concentrou um pouco mais, foco ou mais. Então, esse grupo trabalhou
1244um pouco no sentido de dar sequência a esse foco que a Câmara Técnica deu na oportunidade, já
1245pensando um pouco mais objetivamente em relação a Mesas. No caso dos objetivos, do objetivo
1246geral, acho que não teve maior alteração, acho que foram mantidos. Os objetivos específicos, aí sim
1247têm alguma alteração que foi feita, principalmente nos últimos objetivos, acho que estudar com o
1248setor empresarial, aqui teve algumas alterações, não estou me lembrando, mas foram poucas. Nos
1249três últimos, discutir a educação ambiental como condicionantes de licença no contexto de medidas
1250mitigadoras e compensatórias, isso muito por que a nova direção, o novo departamento de educação
1251ambiental está também trazendo uma contribuição interessante que é de pensar educação ambiental
1252com mais ênfase no âmbito do licenciamento ambiental, até aproveitando um pouco a experiência
1253que a nova diretora, Lúcia Anello tem tido e a Mônica também, relação ao setor de petróleo e como é
1254que tem sido inserida a questão ambiental nesse âmbito. Também o objetivo aqui, definir com os
1255movimentos sociais e sindical sua atuação na democratização dos debates socioambientais, na
1256construção da educação ambiental no contexto de políticas públicas de licenciamento ambiental, as
1257relações público e privada na atual conformação socioeconômica e também discutir as implicações
1258públicas na lógica de projetos e de empreendimentos privados como promotores e indutores de ações
1259sócioambientais. Esses 3 últimos é que foram alterados ou acrescentados e os produtos também,
1260tiveram também aqui alguma alteração, principalmente porque falava muito em diretrizes e
1261resolvemos, não é “baixar a bola”, mas deixar uma expectativa um pouco menor em relação a esses
1262produtos, mas na linha dos subsídios e de recomendações. Inclusive até, Maria José, essa
1263observação que você fez em relação às deliberações da conferência, ficou aqui mais suave, como
1264recomendações para implementação das deliberações, no que concerne a educação ambiental
1265mesmo, é o conjunto dessas 800 deliberações, não sei nem quantas são, mas são muitas, mas
1266principalmente aquelas que têm foco na educação ambiental e que e que por terem sido aprovadas
1267na conferência vinculam, pelo menos o Ministério do Meio Ambiente, na esfera nacional da
1268conferência, ele tem que cumprir aquelas deliberações que são de competência dele ali. Então, para
1269nós do Ministério interessa que o seminário, de alguma maneira observe, recomende em relação a
1270implementação das deliberações alguma coisa. Depois, no programa mesmo, aí a abertura, essa foi
1271uma discussão mais recente desses dias, tanto contribuição lá do governo do Paraná, Débora
1272Albuquerque esteve conversando com o Secretário Rasca, olhando o programa, ela mandou algumas
1273questões e também conversando com a Lúcia Anello, Carla e a Ana também que está aqui, ontem
1274nós pensamos em consultar a Câmara Técnica e mudar um pouco o conceito dessa Mesa de
1275Abertura, antes estava pensada de colocar a Câmara Técnica na Mesa e aí pensamos que mesmo
1276continuando ser um seminário da Câmara Técnica, criado aqui e organizado aqui, e é um seminário
1277da Câmara, mas nós pensamos se não deveria ter uma Mesa com um pouco mais de caráter político
1278também, no sentido de trazer para a Mesa, por exemplo, ao invés de necessariamente o Governo da
1279Bahia, que está na Mesa, com certeza porque é anfitrião, inclusive o prefeito na ocasião já vai estar
1280eleito. Então, naturalmente que os anfitriões, mas o que pensamos é ter na Mesa a ABEMA, que está

1281 aqui na Câmara Técnica e que faz parte do CONAMA... Mas aqui quando tem Bahia e Ceará, nós
1282 entendemos que é ABEMA presente porque é a organização, que não tem vindo a ANAMMA, mas eu
1283 digo ABEMA porque é a Associação Brasileira das Entidades Estaduais, de Meio Ambiente, na mesa
1284 de abertura. Então, pensamos assim, em consultar vocês sobre a nova conformação. Então, por
1285 exemplo, Bahia, Ceará que estão na Câmara Técnica, poderia até estar os dois estados lá, mas o
1286 importante é que estivesse lá na Mesa, a ABEMA, porque aí representa o conjunto dos estados
1287 brasileiros e não apenas um ou dois estados do Nordeste. A ANAMMA, que eu acho que de qualquer
1288 forma tem que estar, porque é uma representação que está no CONAMA também, se não puder ser
1289 ANAMMA, Confederação Nacional de Municípios, ou a Frente Nacional de Prefeitos, mas no sentido
1290 de nacionalizar a abertura do encontro. O setor empresarial consultamos a CNI que tem participado
1291 das reuniões, hoje ainda não está aqui a Daniela, mas de qualquer forma a CNI nos ajudar talvez com
1292 o CEBDS, que é o centro empresarial brasileiro de desenvolvimento sustentável, e o ETHOS a definir
1293 um representante do setor empresarial para estar na Mesa. E também na área sindical, a CNTC que
1294 tem assento na Câmara, no CONAMA, ou a Contag que também tem assento, ou a CUT, ou a Força
1295 Sindical, ENFIM, consultamos a CNTC que tem assento na CÂMARA para indicar alguém da área
1296 sindical para a Mesa também. Das ONGs aí a própria Oca ou quem a Oca achar que deva indicar das
1297 ONGs. Ministério do Meio Ambiente, aí queremos levar o Ministro Minc para essa abertura, mesmo
1298 não sendo Rosário, mesmo entendendo que é um seminário no âmbito de uma Câmara Técnica, não
1299 é um grande evento, é um evento que tem uma dimensão relativamente modesta, mas sabendo o
1300 que é educação ambiental no Brasil, o interesse que desperta um seminário desse, com certeza vai
1301 ter muita influência. Então, nós estamos querendo levar o Ministro para essa abertura, é importante
1302 ter a presença dele, se não dele, da Secretária Executiva para mostrar uma prioridade do Ministério
1303 para essa área também. E aí tem o Ministério da Cultura que faz parte da Câmara Técnica, Ministério
1304 do Esporte, o MEC que aí avaliamos se um órgão federal já representa o Governo Federal na Mesa
1305 ou se também compartilhamos com esses outros três Ministérios também, um lugar à Mesa. Estou
1306 me estendendo um pouco, só para sugerir um outro formato, com um tom um pouco mais político,
1307 mais representativo nacional.

1308

1309

1310 **A SR.ª CLEIDEMAR VALÉRIO (CONAMA)** – Só uma complementação? Eu tenho insistido muito
1311 para que o Nilo assuma, por favor, dê suas contribuições, por causa da sua experiência. E outra
1312 coisa, não queremos que o nosso seminário seja um apêndice, nós queremos que ele esteja
1313 totalmente integrado com toda a filosofia do CONAMA, com a filosofia do Ministério, com a filosofia
1314 dos órgãos estaduais de educação ambiental, etc. Então, nós estamos em um esforço para que esse
1315 documento seja compatível com todos os interesses. Só para tranquilizar vocês, nós não retiramos
1316 nada, nós acrescentamos. Ou seja, se alguma coisa tiver que ser retirada, cortada, do que já foi
1317 decidido vai ser aqui na Câmara. Nós só acrescentamos, foram as contribuições que nós
1318 conseguimos arrecadar aí do esforço que nós fizemos nesse mês. Então, fiquem tranquilos que nós
1319 não cortamos; nós tentamos acomodar nomes, sim.

1320

1321

1322 **A SR.ª MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – Eu só queria entender o seguinte, na
1323 abertura tem aqui, ABEMA ou representante do Governo do Estado da Bahia. Eu acho que o
1324 Governador da Bahia terá sim o maior prazer em fazer a abertura do evento, ele é o anfitrião oficial e
1325 com a presença do Ministro e tudo, acho que não caberia colocar um “ou” aqui, eu acho que o
1326 Governo do Estado da Bahia tem assento garantido na Mesa de abertura.

1327

1328

1329 **O SR. NILO DINIZ (CONAMA)** – Com certeza, aqui foi um erro de digitação. A ideia era ter a
1330 ABEMA... Não é porque a ABEMA às vezes está ausente, mas às vezes a ABEMA peça para o
1331 próprio Governador ou o Governo do Estado para estar na Mesa representando ABEMA, pode
1332 acontecer isso. É só por isso que ficou o “ou”, mas tiramos. Então, ali é “ABEMA e o representante do
1333 Governo da Bahia”. Outra coisa, Rosário, pode ter outras pessoas, por exemplo, o prefeito às vezes
1334 pode estar lá também, pode ser convidado, se for, é uma honra, abrindo, recebendo na cidade, então,
1335 claro que tem que estar na Mesa. Isso na hora se conforma, a própria Câmara Técnica, na hora, pode
1336 ter decisões para alterar uma coisa ou outra. A única ideia da abertura que foi porque antes estava
1337 assim: “A Câmara Técnica completa na Mesa”, mas depois pensamos, tem o governo da Bahia, às
1338 vezes o presidente da ABEMA, se chegar lá, como faz? Vai para mesa, não vai? Só isso que
1339 pensamos. Aí, dando seqüência aqui, agora nós já estamos com a Lucia Anello que é diretora de
1340 educação ambiental, SAIC, então qualquer dúvida ela também participou aqui do debate sobre a
1341 proposta. Lúcia, eu estou apresentando aqui as ideias que temos discutido. Na primeira palestra, tem
1342 até alguma sugestão que veio de ontem para hoje também, é dinâmico demais o processo. Então,
1343 educação para sustentabilidade. Essa Mesa, tínhamos pensado no Nelton, da ITAIPUB Nacional, e

1344foi sugerido pelo Pará de consultarmos também o CEBED, ETOS, CNI, ali está faltando até a CNI,
1345para ver se o Nelton seria exatamente a pessoa que eles indicariam para falar um pouco da educação
1346ambiental para a sustentabilidade do ponto de vista empresarial, porque às vezes eles podem ter
1347outras pessoas a indicar. Mas ontem na reunião que nós tivemos com a Lúcia, Ana e Carla, elas
1348sugeriram Carlos Frederico Loureiro, que é um professor, uma pessoa muito preparada e que tem
1349estudado exatamente a educação ambiental na esfera empresarial. Eu conversando um pouco ontem
1350por telefone com a Raquel e a Débora lá do Paraná, começamos a conversar sobre o seguinte, será
1351que essa primeira Mesa não deveríamos dar uma relevância maior para ela, como é a primeira Mesa
1352do seminário, para uma apresentação mais de caráter conceitual e não tanto focado em experiência.
1353Porque o risco, o Nelton é muito bom, as apresentações dele são muito boas, mas estão muito
1354referenciadas lá da ITAIPUB Nacional e nas boas iniciativas que eles tem tido. Mas talvez fosse
1355interessante, como o Carlos Loureiro, tem uma intervenção mais ampla, mais geral sobre a educação
1356ambiental no campo empresarial e o seminário é empresarial e sindical, surgiu a ideia, por que não
1357convidamos, para dividir a Mesa com o Loureiro, uma pessoa que venha da área sindical, mas que
1358tenha uma visão mais ampla da educação ambiental feita no campo dos trabalhadores, do movimento
1359sindical, enfim. Então, aí eu achei que podia ser mais interessante mesmo, porque você abre o
1360seminário com dois enfoques mais abrangentes. Depois você parte para Mesas que vão ter... Aí a
1361sugestão seria o Nelton passar para uma outra Mesa, onde ele tenha a oportunidade de apresentar,
1362talvez até a segunda Mesa mesmo, em seguida que é a das 17h00, que ele pudesse apresentar
1363experiência mais de ITAIPUB. Nós nem chegamos a detalhar isso com você, porque surgiu na
1364conversa depois.

1365

1366

1367**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Mesmo por que o Nelton, já foi confirmada a
1368presença dele.

1369

1370**O SR.NILO DINIZ (CONAMA)** – Pois é, mas aí só o passaríamos para a Mesa seguinte, e ele faria
1371essa Mesa redonda. Aí ele estaria ao lado do próprio MEC, da GERDAU, da CST... Inclusive aqui
1372está a força sindical e CUT, mas tem que ver qual das duas, porque talvez não seja necessário ter
1373duas centrais, até porque uma Mesa de 7 é impraticável, teria que ser uma Mesa de 4, no máximo 5
1374apresentações.

1375

1376

1377**A SR.ª CLEIDEMAR VALÉRIO (CONAMA)** – Como nós ontem fizemos, a primeira discussão era de
1378se ter duas palestras, aquele horário estabelecido ficou curto. Então, nós empurramos duas palestras,
1379empurramos a mesa das 17h00 e o lançamento do livro para 19h00.

1380

1381

1382**O SR.NILO DINIZ (CONAMA)** – Talvez até o lançamento tenha que ser 20h00, porque pelo menos 5
1383pessoas vão ter nessa mesa aqui, nós vamos precisar de 17h00 até no mínimo 18h30min. 19h00
1384para ter um debate, pelo menos algumas questões. A Mesa é redonda e por si só já é uma Mesa de
1385debate mesmo, mas sempre tem aqueles da platéia que querem fazer um tipo de observação. Agora,
1386na Mesa da abertura, às 15h00, pensamos no lugar do Nelton, O Carlos Frederico Loureiro, que daria
1387essa visão geral de educação ambiental na esfera experiência empresarial geral. E uma hipótese que
1388a Raquel sugeriu ontem seria talvez o Pedro Ivo Batista.

1389

1390

1391**A SR.ª MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – O nome dele foi colocado, por isso que
1392eu estou falando, tinha o nome do Pedro, o do Marcos.

1393

1394

1395**O SR.NILO DINIZ (CONAMA)** – Tinha o nome do Pedro antes, e ela lembrou por que o Pedro teve
1396uma experiência muito longa na área sindical, exatamente “dando murro em ponta de faca” e
1397conceitual, enfim, uma pessoa que talvez trouxesse uma grande contribuição para a abertura do
1398evento. Aí você teria uma visão de um estudioso na área da educação ambiental empresarial e a
1399experiência de alguém que não está mais hoje em um ou outro sindicato, já teve uma experiência
1400ampla e que pode trazer também um referencial bom da experiência na área sindical. Então, mudou
1401um pouco o conceito da Mesa. Aí o Nelton passaria para a segunda Mesa. Às 15h00 seriam duas
1402palestras, aí podemos definir melhor se são 20 minutos cada um, ou 30 minutos, isso tem que ver
1403com a programação. Que é importante que essa primeira palestra, eu não sei o que vocês pensam,
1404mas que tenha um espaço bom para debater, é uma palestra que vai ter um caráter conceitual, é bom
1405ter uma interação com o pessoal que vem participar.

1406

1407

1408**A SR.^a CLEIDEMAR VALÉRIO (CONAMA)** – A ideia que tivesse um representante dos quatro
1409setores e que sempre tivesse uma apresentação com espaço para o debate, privilegiando sempre o
1410debate. Isso tem que ser mantido.

1411

1412

1413**O SR.NILO DINIZ (CONAMA)** – Aí, a Mesa das 17h00, nós tivemos uma sugestão muito boa da (...)
1414e daquele programa interagir da CST que também é uma experiência bem interessante. A Lúcia que
1415inseriu essa inclusão. Aí tem o Luís Alberto Caju que é jornalista da Força Sindical, da CUT,
1416Comissão Nacional de Meio Ambiente, talvez pudesse ter uma alternativa de uma outra Mesa, se a
1417Força Sindical confirmar, aí faríamos assim, um ou outro, para não ter tanta gente na mesma Mesa. O
1418Mauro Guimarães que é da UFRRJ, que é Educação Ambiental de Trabalhadores. Aí uma outra
1419experiência empresarial que foi sugestão da CNI que foi a Patrícia Bozon que sugeriu, a Lilian Fortes,
1420coordenadora de educação ambiental da GERDAU, Açominas, parece que é uma pessoa bem
1421interessante. Ontem o pessoal do Ministério, a Lucia e a Carla sugeriram passar a Raquel para essa
1422Mesa daí, pelo MEC e verificarmos também o Nelton. Agora, é muita gente, teria que ter um
1423escalonamento aí.

1424

1425

1426**A SR.^a MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – Eu acho que poderíamos pensar em
1427termos logo de tempo, definir o horário da Mesa e o tempo de cada um e definir o número de
1428participantes da Mesa. Para já começar inclusive a filtrar.

1429

1430

1431**A SR.^a MARIA JOSÉ DE SOUZA HOLANDA (Governo Ceará)** – Não só essa questão de tempo,
1432mas também sabendo que hoje têm que ser definidos esses nomes, porque como você vai fazer os
1433*folders* que estão com um tempo bem reduzido para isso, a programação para ser disseminada e
1434ainda não ter esses nomes fechados? A não ser que algum diga: " eu não posso ir", mas tem que
1435fechar.

1436

1437

1438**A SR.^a VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Eu queria sugerir que fossemos adiante para ver todos os
1439setores porque aqui, compartilhando experiências, aí podemos ver quais experiências que não vão
1440ser bem compartilhadas lá na frente e que aqui precisariam estar. Então, tentássemos ver a visão
1441global, o conjunto antes de definir aqui e que depois soubéssemos que, bom, aqui é uma experiência
1442do setor sindical que tem que estar forte. Aí depois se a pessoa não aceitar, digamos, o Caju não
1443pode, não vai aceitar, pensamos em um outro setor sindical, aqui tem uma experiência interessante
1444no estudo de educação ambiental no âmbito dos trabalhadores e rural. Vamos ter uma visão global e
1445depois ver por instituição e menos por nome, porque também, não sei se sai hoje, porque tem que ver
1446agenda, convidar ainda, mas o importante é sabermos a priorização por atividade e pelo que
1447queremos buscar, por qual olhar, é por aí que eu queria sugerir.

1448

1449

1450**A SR.^a CLEIDEMAR VALÉRIO (CONAMA)** – Nós já tínhamos combinado que nós iríamos ter em
1451cada Mesa, cada sessão um representante do governo, um dos empresariados, um setor sindical e
1452um das ONGs, então, são 4 no mínimo. Nós poderíamos, às vezes, ter mais, dependendo do tema,
1453mas 4 no mínimo.

1454

1455

1456**O SR.NILO DINIZ (CONAMA)** – Vocês concordam com esse encaminhamento? Damos uma olhada
1457geral, depois volta fazendo essa priorização, porque nós não cortamos nomes, a não ser um ou outro
1458caso, mas evitamos fazer isso por causa daquela história que você convida 2, 3 e às vezes eles não
1459podem, aí você precisa de 2, 3 para substituir. Ter uma lista aqui não é ruim, mas nós temos que
1460fechar.

1461

1462

1463**A SR.^a MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – Só queria sugerir ali, eu já tinha
1464inclusive falado anteriormente, o nome de Eduardo Mattedi, ele tem mais identidade com a segunda
1465Mesa, Responsabilidade Socioambiental e eu colocaria ali Bety Wagner que é a Diretora, Presidente
1466do IMA, que é o Instituto de Meio Ambiente. Esse instituto que vai financiar todo o evento. Então, ela
1467participaria como coordenadora da primeira Mesa e Eduardo Mattedi, que é o nosso superintendente
1468da segunda.

1469

1470

1471 **O SR. NILO DINIZ (CONAMA)** – Nesse caso o Eduardo Mattedi, passaria para a segunda mesa e aí
1472 tínhamos previsto a Ana como opção, se a Eliana John não pudesse, mas você já pode confirmar o
1473 Mattedi. Então, você fica de regra 3 para alguma Mesa aí. É verdade, aqui estava o MMA como
1474 coordenador, relatora que você está, entendi agora, isso está mantido. Continuamos convidando a
1475 Eliana John para relatora na segunda Mesa e a coordenação é lá na segunda Mesa, lá embaixo.
1476 Tinha uma sugestão também desse título que ficou muito genérico, compartilhando experiências,
1477 porque aqui tem apresentação de experiências, mas também tem, possivelmente, um pouco de
1478 reflexão, um pouco mais abstratas, então, foi até a Rachel que comentou, ela indo para essa Mesa,
1479 ela pensou se não poderia se trabalhar assim: "compartilhando experiências" ou alguma coisa tipo,
1480 "experiências e opções sistêmicas também", ou "ações sistêmicas", não sei. Aqui é uma coisa que
1481 podemos ver depois, como achar um título. Ela achou que esse título está muito genérico, muito
1482 geral. Por exemplo, a ARCELOR, vai apresentar uma experiência, mas a força sindical pode ser que
1483 não, pode ser que vá apresentar alguma coisa um pouco mais da ação do movimento sindical de uma
1484 forma mais geral, não uma experiência específica. A mesma coisa se não for a força, for a CUT. O
1485 Mauro Guimarães, ele traz uma experiência também. Então, mas aí só a Raquel é que talvez
1486 trouxesse uma fala mais geral, mas isso eu não sei, se definimos agora.

1487

1488

1489 **A SR.ª MARIA JOSÉ DE SOUZA HOLANDA (Governo Ceará)** – Quando nós pensamos, não era
1490 bem "compartilhando experiências". Em um primeiro momento, inclusive eu esqueci o nome dela, que
1491 estive aqui conosco, em uma reunião e falou até em um encontro que ela foi que tinha um nome,
1492 "sopa de letrinhas", mas que na realidade era "compartilhando diferenças", ou seja, você ia juntar o
1493 setor empresarial, o setor sindical para que fosse relatado as experiências, mas apresentando as
1494 diferenças existentes de cada um. Então, a princípio nós tínhamos colocado da seguinte forma:
1495 "promover um diálogo entre os diferentes enfoques e pontos de vista sobre a educação ambiental no
1496 setor empresarial e sindical a partir das experiências no contexto rural e urbano". Quer dizer, que às
1497 vezes diferenças entre a educação ambiental rural, a educação ambiental urbana, dentro das
1498 indústrias, dentro das empresas, dentro dos sindicatos. No nosso pensamento inicial foi
1499 compartilhando diferenças e não experiências, mostrando cada um o enfoque que é dado para
1500 educação ambiental em seus respectivos setores e foi exatamente aí que pensamos em CUT como
1501 sindical e os outros cada um na sua área.

1502

1503

1504 **A SR.ª LÚCIA ANELLO (Diretoria de Educação Ambiental do MMA)** – A minha preocupação, na
1505 realidade, é porque muda muito o caráter da Mesa que está posta ali dos convidados, porque
1506 obviamente da CUT, da Força Sindical teria essa visão mais sistêmica, a Raquel certamente daria
1507 uma visão governamental e ali as outras, tanto a CST, quanto o próprio, Nelton eles vão relatar
1508 experiências mesmo, aí não é essa a visão mais sistêmica. Então, temos uma equação para fazer aí.
1509 Não sei se vamos conseguir esse objeto com essa Mesa.

1510

1511

1512 **A SR.ª MARIA JOSÉ DE SOUZA HOLANDA (Governo Ceará)** – É porque Lúcia, a parte de relato
1513 de experiências é outro momento, esse momento agora seria essa "compartilhando diferenças", com
1514 esse enfoque diferenciado de cada um e mais na frente é que seria o relato de experiência. Então,
1515 essas experiências poderiam ser trazidas lá para o outro momento onde tem o relato de experiências.
1516 Porque dentro do seminário tem o momento de relato de experiências.

1517

1518

1519 **A SR.ª LÚCIA ANELLO (Diretoria de Educação Ambiental do MMA)** – Sim, com certeza não teria
1520 nenhum problema, eu só digo, essa Mesa, inclusive a lista de convidados muda. Aí tem que mudar,
1521 muda muito.

1522

1523

1524 **A SR.ª MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – Eu concordo com a Maria José, acho
1525 que temos que aproveitar para dar esse destaque, a esses enfoques bem diferenciados, educação
1526 ambiental nas políticas públicas, educação ambiental do ponto de vista sindical, como é que está
1527 sendo tratada, de que maneira ela está sendo vista. Eu acho que mesmo que tenha algum relato de
1528 experiência, mas o coordenador da mesa tem que ter essa sensibilidade, para depois fazer uma
1529 síntese, para que as pessoas entendam o propósito da Mesa.

1530

1531

1532 **O SR.NILO DINIZ (CONAMA)** – Vamos seguir então, decidimos dar uma olhada geral e depois voltar.
1533 Na sequência tinha, quem relata é o IBAMA. Depois temos o lançamento do livro do Pedrini e. É bom
1534 ter anotado porque daqui a pouco talvez apareça de novo.

1535

1536

1537 **A SR.^a MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – As 20h00, provavelmente, faz parte das
1538 nossas atividades culturais um coquetel, com show, uma pessoa cantando MPB, uma coisa assim.

1539

1540

1541 **O SR.NILO DINIZ (CONAMA)** – É bom constar no programa isso. Eu acho que podíamos marcar
1542 19h30min. o lançamento do Pedrini.

1543

1544

1545 **A SR.^a MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – E o debate, qual é o horário do debate?

1546

1547

1548 **O SR.NILO DINIZ (CONAMA)** – Depois vemos esse detalhe com o tempo de cada um. Pode até
1549 colocar depois, mas vou sugerir de seguirmos até o final e depois vimos dando essa definida nos
1550 nomes e no tempo, acho que fica... Aí a Mesa do dia 4, às 08h30min. responsabilidade
1551 sócioambiental e comunicação consumo sustentável, com as sugestões, está ficando da seguinte
1552 forma, pelo menos assim a lista de nomes, ainda sem fechar. Ricardo Young do Instituto ETHOS,
1553 Cristina Carvalho Pinto, da Bovespa, Renato Pinheiro, SETREOL Bahia, Sindicato da Bahia, Emerson
1554 Casalis, CNI, SESI, Hélio Matar, Instituto Acatu, André Trigueiro, jornalista e Carla Matos que é
1555 diretora de responsabilidades socioambiental da SAIC, MMA. Só que é aquilo que vamos fazer daqui
1556 a pouco, dar uma olhada nessa lista, porque também tem 7 nomes. Precisamos saber de onde é essa
1557 Cristina Carvalho Pinto. Aqui não teve muita alteração, ou teve? A Carla que estava em uma outra
1558 Mesa que passou para essa. A coordenação ficaria com Eduardo Mattedi e a relatoria com a Eliana
1559 John ou Ana Carla. Depois nós temos o primeiro estudo de caso e relato de experiências, que aí tem
1560 os participantes, colocamos ali alternativos também porque, nós não sabemos quais deles
1561 exatamente que vamos poder contar, mas temos que fazer contato.

1562

1563

1564 **A SR.^a MARIA JOSÉ DE SOUZA HOLANDA (Governo Ceará)** – Eu já fiz contato com o da COELSI
1565 do Estado do Ceará, Sérgio.

1566

1567

1568 **O SR.NILO DINIZ (CONAMA)** – COELCE, está lá na frente. Ótimo, e ele está OK.

1569

1570

1571 **A SR.^a MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – Eu também fiz contato com a FIEB
1572 Bahia, eles são nossos parceiros, não está, mas estava. Esses nomes que falamos que alguns
1573 estavam e que não estão agora.

1574

1575

1576 **O SR.NILO DINIZ (CONAMA)** – FIEB Bahia, aí tem aqui, Natura, Banco Real, Furnas, Vale,
1577 Fundação Boticário, Sadia, DPRN de onde? São Paulo. Está um pouco estranho isso aqui. Tem uma
1578 observação que a Débora fez, para não se limitar ao Banco Real, mas ver outras opções de
1579 instituições financeiras. Pelo menos uma, mas ela sugeriu que não ficássemos só com o Banco Real,
1580 mas consultasse outras. Aí têm empresa FERSOL, Michael Haradon, o Sérgio da COELCE, já está
1581 confirmado. É uma empresa de fertilizantes lá de São Paulo. Essa daqui eu posso dizer para vocês
1582 que é uma experiência absolutamente *sui generis*, vocês dificilmente... conhece a experiência do
1583 Michael Haradon?

1584

1585

1586 **A SR.^a VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – É a responsabilidade social, ambiental, política, eles têm um
1587 trabalho da empresa mesmo, com as famílias, os trabalhadores junto que é bem interessante

1588

1589

1590 **O SR.NILO DINIZ (CONAMA)** – O Michael, ele tem uma empresa de fertilizantes, mas já com uma
1591 série de medidas no próprio processo, parece produtivo já de alteração, de paradigma e é pioneiro
1592 nessa área de responsabilidade sócioambiental, muito antes de se falar, ainda até as instituições, ele
1593 já fazia coisas interessantes, não sei se é fácil confirmar, porque ele virou um pouco "pop star" da
1594 área, mas é um cara bem interessante para se levar. Petrobrás, tem a experiência de olho no

1595ambiente, aí tem o Néri, é isso, não é Lúcia? Acho que foi você quem sugeriu, a Carla, Diretor de
1596Responsabilidade Social da Petrobrás, para nós é importantíssimo, eu digo para nós aqui, mas com
1597certeza Ceará e Bahia vão concordar, porque Petrobrás apóia bastante projetos na área pública de
1598educação ambiental, muito importante aqui a experiência. Depois, na Mesa educação ambiental no
1599licenciamento, aí tem a sugestão, antes tinha surgido a idéia do Carlos Frederico Loureiro, mas
1600passando para a primeira, ficou Edmilson Maturana que é do IBAMA e que traz uma experiência de
1601licenciamento do petróleo *offshore* que aí Lúcia pode até explicar melhor, mas parece que é uma
1602experiência bem interessante.

1603

1604

1605**A SRª. LÚCIA ANELLO (Diretoria de Educação Ambiental do MMA)** – Do ponto de vista do
1606licenciamento, o licenciamento de petróleo *offshore* que são todas as plataformas de licenciamento de
1607exploração e produção, é a tipologia de licenciamento que consegue estabelecer um programa de
1608educação ambiental com diversas ações em todas as bacias petrolíferas do Brasil, no mar, as
1609marítimas. Então, tem experiências que vão da bacia de Santos, bacia de Campos, Espírito Santo,
1610Bahia, Sergipe, Alagoas e Rio Grande do Norte, então ele vai fazer um apanhado geral do ponto de
1611vista do licenciamento quem executa esses programas são os empreendedores, que é a Petrobrás, a
1612Devon, a Shell e outras empresas, mas eminentemente a Petrobrás e que desenvolvem em todas
1613essas regiões. Então, é um programa de educação ambiental muito grande e que vem sendo
1614desenvolvido em todo o litoral. Já no caso da Bahia, eles já se articulam, via o órgão ambiental do
1615Estado da Bahia, já começam uma articulação com o órgão licenciador federal, já dando uma idéia de
1616como é possível fazer educação ambiental nesse processo. E no projeto Manati, já seguindo mais
1617adiante, é um projeto em que há uma união entre ações de responsabilidade social e ações de
1618licenciamento que tratam do mesmo tema, mas não são a mesma coisa, mas esse projeto já
1619apresenta uma interface. A experiência das pessoas da Bahia, porque tem outras experiências em
1620todo o Brasil, mas nessa Mesa apresentar uma experiência na Bahia, por estarmos na Bahia e por
1621ser uma reflexão das meninas da Bahia ser a reflexão de que é possível juntar responsabilidade
1622sócioambiental com licenciamento. Que é um tema difícil de fazer interface. Então, essa Mesa foi
1623construída nesse tema. Furnas, por conta do desenvolvimento da fase 3 e que a educação ambiental
1624foi uma coisa nova na licença deles, e ver como eles estão, resolvendo isso. A Vale, não sei se
1625fomos nós que colocamos aí, mas da Vale eu pessoalmente conheço uma experiência só, não
1626saberia dizer. Mas a idéia de montar, de potencializar essa experiência de petróleo é nesse sentido.

1627

1628

1629**O SR.NILO DINIZ (CONAMA)** – E aí tem um OEMA, Órgão Estadual de Meio Ambiente, aqui a
1630sugestão é o CRA da Bahia, não é isso Rosário? É IMA agora. Aí mantém o IMA aqui nessa Mesa,
1631correto? A coordenação Lucia Anello, foi até uma sugestão que fizemos, porque é importante ter uma
1632experiência nessa área de não acúmulo, pode fazer um trabalho bom também de coordenação e
1633sinergia das apresentações. Aqui o relator é Ministério do Meio Ambiente, isso que eu acho que está
1634repetindo, talvez pudesse ter aí o Ceará, quem sabe, o governo do Ceará não poderia relatar? Saiu?
1635É MEC. Aqui teve uma sugestão muito interessante que até talvez coincida um pouco com a
1636observação que a Maria José fez, foi discutido ontem também, Lucia, de talvez, de rever um pouco os
1637temas dos grupos em função dos produtos esperados pelo seminário. Isso é um questionamento
1638mesmo para Câmara Técnica, para pensar aqui, e vocês opinarem também. Se for o caso, porque
1639você questionou o tema das deliberações, um grupo para discutir deliberações da conferência que
1640realmente não é pouca coisa, mesmo focando em educação ambiental. Se bem que é um dos
1641produtos que está lá, um dos produtos que se espera também. Mas de qualquer forma a idéia é que
1642se eu entendi bem, a Lúcia pode explicar melhor, mas se eu entendi bem, seria rever os temas dos
1643grupos de acordo, colocando eles mais ajustados com os produtos esperados. Por exemplo,
1644subsídios para construção da proposta de regulamentação do art. 3º, da Lei 9795. Se não for no
1645Grupo de Trabalho, onde vai ser? Então, seria, por exemplo, o tema de um grupo. Subsídios para
1646elaboração de um plano de responsabilidade sócioambiental, talvez pudesse. Aliás, um dos grupos já
1647está com esse tema: “olhar a experiência nas empresas no exercício da responsabilidade
1648sócioambiental”, pode ser até mantido esse tema ou alterado um pouco.

1649

1650

1651**A SRª. LÚCIA ANELLO (Diretoria de Educação Ambiental do MMA)** – Talvez o primeiro grupo,
1652olhar a experiência em empresas no exercício da responsabilidade sócioambiental, com vistas à
1653regulamentação do art. 3º, que fala dessas questões, que é o objeto mesmo. A redação, vemos qual
1654fica melhor. Pode ser?

1655

1656

1657 **O SR. NILO DINIZ (CONAMA)** – Aí tem: “olhares e ações para mecanismo de incentivo
1658 financiamento, compensação ambiental e redes de fundo...” Bom, está tudo aí, talvez pudesse ser
1659 focado.

1660

1661

1662 **A SR^a. LÚCIA ANELLO (Diretoria de Educação Ambiental do MMA)** – Então, esse segundo tema,
1663 ele é mais específico de estruturação de um processo de financiamento. Então, tem duas questões
1664 que eu acho que é interessante conversarmos que é sobre compensação ambiental, que eu acho que
1665 não deve estar aí.

1666

1667

1668 **A SR.^a MARIA JOSÉ DE SOUZA HOLANDA (Governo Ceará)** – Primeiro estava, era licenciamento
1669 ambiental e compensação ambiental.

1670

1671

1672 **A SR^a. LÚCIA ANELLO (Diretoria de Educação Ambiental do MMA)** – Porque a compensação, no
1673 licenciamento discutimos medidas mitigadoras e compensatórias, que é diferente de compensação
1674 ambiental, porque compensação ambiental, ela está no âmbito do SNUC. Eu acho que podemos
1675 colocar essa questão de mitigação e compensação lá no licenciamento, aí fica um tema que discute o
1676 licenciamento com medida mitigadora e compensatória. E aí educação ambiental nesse contexto e
1677 aqui tiramos a compensação para não causar dúvida conceitual mesmo e é financiamento no âmbito
1678 da responsabilidade sócioambiental, que acho que ficam duas coisas diferentes e são temáticas
1679 diferentes que acho difícil colocarmos no mesmo grupo. Eu já estou discutindo as duas coisas ao mesmo
1680 tempo, perdão. Eu já estou discutindo esse e o licenciamento junto.

1681

1682

1683 **O SR. ROBERTO MONTEIRO** – Aí você está dizendo que não é compensação ambiental, são
1684 medidas compensadoras.

1685

1686

1687 **A SR^a. LÚCIA ANELLO (Diretoria de Educação Ambiental do MMA)** – Exato que conceitualmente
1688 é diferente. Por isso que é importante nós colocarmos. E a medida compensatória e mitigadora, ela
1689 está no âmbito do licenciamento, então, essa compensação ambiental... Na nossa estrutura de
1690 gestão, a compensação está vinculada a áreas protegidas e unidades de conservação. Como os
1691 programas sócioambientais não são, compensação, mas é uma política compensatória, que é um
1692 pouco diferente, aí eu sugeriria tirar deste Grupo de Trabalho, tirar compensação ambiental e agregar
1693 lá no licenciamento medida mitigadora e compensatória, aí eu acho que fica bom. Porque discutimos
1694 uma parte conceitual que no primeiro Grupo de Trabalho discute diretrizes, orientações, a segunda
1695 trata de questão de financiamento mesmo e depois trata do licenciamento, aí está faltando um tema,
1696 que são 3 ou 4 grupos, não lembro.

1697

1698

1699 **O SR. NILO DINIZ (CONAMA)** – Tem o das deliberações. Acho que ficou claro, só temos que achar
1700 ali depois a redação melhor e ver o que a Câmara também entende.

1701

1702

1703 **A SR.^a MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – Então, sairia compensação ambiental?

1704

1705

1706 **A SR^a. LÚCIA ANELLO (Diretoria de Educação Ambiental do MMA)** – Isso.

1707

1708

1709 **O SR. NILO DINIZ (CONAMA)** – Como você vê Maria José, você tinha falado exatamente de restituir
1710 em algum lugar compensação ambiental, o tema, colocar em algum lugar.

1711

1712

1713 **A SR.^a MARIA JOSÉ DE SOUZA HOLANDA (Governo Ceará)** – Mas de acordo com o que ela
1714 explicou, o sentido realmente da medida junto com o licenciamento, fica contemplado porque a
1715 compensação já se restringe mais a uma determinada que é o SNUC.

1716

1717

1718 **O SR.NILO DINIZ (CONAMA)** – Exato. Vamos numerar esses grupos, para ficar mais fácil. Vamos
1719 numerar os temas. O tema 1 é: “olhar as experiência das empresas no exercício da responsabilidade,
1720 sócioambiental, com vistas à regulamentação do art.3º”. É isso mesmo? Temos acordo?

1721

1722

1723 **A SR.^a MARIA JOSÉ DE SOUZA HOLANDA (Governo Ceará)** – Essa questão da coordenação.

1724

1725

1726 **O SR.NILO DINIZ (CONAMA)** – Ali está como sugestão de coordenação Michel Rarandon, não sei,
1727 isso já estava, não foi sugestão...

1728

1729

1730 **A SR.^a MARIA JOSÉ DE SOUZA HOLANDA (Governo Ceará)** – Não estava não. Estava a definir.

1731

1732

1733 **A SR.^a VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Essa sugestão da Lúcia foi muito boa de falar da
1734 regulamentação do art.3º, mas precisa alguém que saiba. Se você pudesse, acho que seria muito
1735 bom, até pelo perfil.

1736

1737

1738 **A SR.^a MARIA JOSÉ DE SOUZA HOLANDA (Governo Ceará)** – Tem que ver o perfil da pessoa,
1739 porque aí a condução do Grupo, para levar o grupo, chegar é isso que está se esperando. É diferente
1740 de um palestrante, que ele chega, dá o recado e quem quiser que debata o que ele disse.

1741

1742

1743 **O SR.NILO DINIZ (CONAMA)** – Acho que aqui talvez fosse melhor ou alguém da educação
1744 ambiental ou da responsabilidade sócioambiental do Ministério, a Carla ou alguém que ela designar,
1745 porque tem uma familiaridade maior com o tema.

1746

1747

1748 **A SR.^a LÚCIA ANELLO (Diretoria de Educação Ambiental do MMA)** – Pode ficar conosco lá do
1749 DEA.

1750

1751

1752 **O SR.NILO DINIZ (CONAMA)** – O que vocês acham pode ser? Perfeito, tira o Michel e fica a
1753 DEA/MMA

1754

1755

1756 **A SR.^a ANA CARLA L. ALMEIDA (DCRS/MMA)** – Ontem nós discutimos essa proposta e fomos até
1757 nós que achamos mais interessante que a Câmara Técnica juntasse esse GT com a questão dos
1758 produtos e eu particularmente fico na coordenação de responsabilidade sócioambiental e estamos em
1759 uma fase de construir essa política, na verdade está pronta, com todas as diretrizes prontas para
1760 criarmos esses fóruns de discussão. Quando essa proposta apareceu, nós adoramos, porque seria
1761 uma primeira discussão, uma primeira contribuição em que teríamos o setor empresarial a questão da
1762 educação ambiental, todo mundo em uma mesma roda, então, pensamos essa é a nossa primeira
1763 oportunidade para trazer essa discussão de forma grande. E aí eu tive essa experiência no âmbito do
1764 Mercosul, há duas semanas atrás, em que fizemos exatamente isso, um seminário para construir a
1765 responsabilidade socioambiental do Mercosul, e fizemos essa mesma dinâmica aqui, criamos esse
1766 Grupo de Trabalho. Então, aqui nesse primeiro, se fizemos essa lógica de produto, ficamos com o
1767 subsídio para a construção da proposta do art.3º da Lei, essa não é nossa área no DCRS, então,
1768 seria muito mais conveniente que o MEC ou vocês lá da educação ambiental assumisse, porque nós
1769 não tratamos isso conjuntamente. Mas aí eu ia só, porque “quem não chora não mama”, dizer que aí
1770 essa questão do subsídio para elaboração desse plano, ela não ficaria contemplada nesses Grupos
1771 de Trabalho e para nós seria muito importante que essa discussão também fosse discutida nesse
1772 fórum que vocês vão fazer. Porque ganharíamos com isso, porque estaríamos ouvindo e o Ministério
1773 vai lançar, então, nossas próximas ações são todas voltadas para construção desse plano. Então,
1774 não sei como ajustaria essa questão do GT... Subsídios para esse plano de responsabilidade
1775 sócioambiental.

1776

1777

1778 **O SR.NILO DINIZ (CONAMA)** – Deixa só eu sugerir uma coisa, porque eu não sei Ana. Eu acho o
1779 seguinte, se o grupo vai discutir: “olhar a experiência das empresas...” e não é só das empresas,
1780 porque o grupo vai ser misto, “no exercício da responsabilidade sócioambiental”, o fato de ter

1781 colocado aqui, “com vistas a regulamentação do art. 3º”, acho que não restringe, porque na verdade o
1782 grupo vai fazer uma discussão ampla sobre responsabilidade sócioambiental. Agora, vai ser solicitado
1783 a ele que também já apresente... Porque se eu não me engano o art. 3º não se limita a
1784 responsabilidade sócioambiental, na verdade, ele é educação ambiental de uma forma geral no setor
1785 produtivo. Então, aproveitar a discussão ampla para no final fechar com algumas sugestões para
1786 regulamentação, mas eu acho que na discussão ampla de responsabilidade, nós podemos já
1787 inclusive dar esse termo de referência para o grupo, que são alguns subsídios para um Plano
1788 Nacional e o que dele você extrai elementos para relação do art.3º. Acho que um Grupo pode
1789 trabalhar com dois objetos sem menores problemas, a não ser que vocês queiram separar mesmo,
1790 um Grupo só discutir o art.3º e o outro só responsabilidade sócioambiental.

1791

1792

1793 **A SRª. VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Tem o da conferência, que nós não tínhamos pensado, mas
1794 tem umas 8 deliberações que são um pouco redundantes.

1795

1796

1797 **O SR. NILO DINIZ (CONAMA)** – A regulamentação pode entrar aí.

1798

1799

1800 **A SRª. VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Porque o olhar do coordenador vai ter que ser bem... Vocês
1801 vão ter que puxar esse plano, assim como a regulamentação do art.3º também.

1802

1803

1804

1805 **A SRª. ANA CARLA L. ALMEIDA (DCRS/MMA)** – Não vou mentir que fiquei satisfeita, até porque na
1806 discussão que já temos com isso, não daria para juntar mesmo, porque são olhares diferentes e são
1807 assuntos de formas diferentes.

1808

1809

1810 **O SR. NILO DINIZ (CONAMA)** – Está correto, de fato então, poderia manter o primeiro como: “olhar
1811 experiente para um plano”, pode até colocar um nome, “para um plano de responsabilidade
1812 sócioambiental”, não precisa dizer nacional porque os estados podem aproveitar, eventualmente até
1813 município. E o grupo de deliberações da conferência poderia ser “com vistas à regulamentação do
1814 art.3º”. Então, aquele com “vistas” você passaria para o tema 3, só o com vistas. “Deliberações da 3º
1815 Conferência, com vistas ao...”, aí acho que resolveu. Agora, e o tema 2?

1816

1817

1818 **A SRª. MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – Eu queria sugerir também o seguinte,
1819 uma das nossas preocupações que vimos discutindo em algumas reuniões, é a questão da
1820 metodologia de trabalho com esses Grupos. Eu queria sugerir que cada coordenação se
1821 responsabilizasse por isso, porque se tem o produto e tem o tema, o meio de campo, a questão da
1822 metodologia ficasse de responsabilidade da coordenação.

1823

1824

1825 **A SRª. CLEIDEMAR VALÉRIO (CONAMA)** – A Lara me procurou, um grupo interministerial que está
1826 trabalhando com educação e ela gostaria de apresentar rapidamente, porque ela tem um
1827 compromisso para sair, antes que fechássemos aqui a nossa programação, ela queria fazer uma
1828 colocação do programa que eles estão desenvolvendo.

1829

1830

1831 **A SRª. THAÍS PEREIRA (DEA/MMA)** – Só uma complementação a proposta que foi colocada aqui
1832 pelo governo da Bahia, com relação à metodologia de cada um desses Grupos. Eu acho importante
1833 que os coordenadores se envolvam e se responsabilize pelas metodologias, mas que seja integrada
1834 porque se temos produtos que são do seminário, então pensarmos, cada coordenador se
1835 responsabiliza, mas de forma integrada e se reúne. Se formos manter aquela nova redação para o
1836 tema 1, eu queria propor que a coordenação ficasse com DCRS do MMA e o DEA passasse para a
1837 coordenação do tema 3, que seria das deliberações da 3º Conferência com vistas à regulamentação.
1838 Porque aí no 4º já está a Tatiana do IBAMA que está com o pessoal do licenciamento.

1839

1840

1841 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – A Maria José quer considerar a respeito.

1842

1843

1844A SR.^a MARIA JOSÉ DE SOUZA HOLANDA (Governo Ceará) – Eu quero considerar a respeito do
1845fechamento, até porque eu tenho um voo agora às 18h40min. só vou poder ficar até 17h00, e não é
1846nada interessante eu chegar lá e ter que fazer um relatório dizendo que ainda não foi fechado. Então,
1847eu acho que nesse momento nós já tivemos um atraso enorme no período da manhã, nós
1848começamos às 11h00 e retornamos mais de 14h30min. Então, eu acho que o principal nesse
1849momento é fecharmos isso daqui, porque senão realmente não tem como concluirmos isso e sair 3 de
1850dezembro, não tem como.

1851

1852

1853O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Vamos considerar Rosário e Éder, se colocam
1854em relação à proposta da Bahia.

1855

1856

1857O SR. EDER LEONARDO C. BORBOREMA (MINISTÉRIO DO ESPORTE) – Contemplado.

1858

1859

1860A SR.^a MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia) – Tudo ok.

1861

1862

1863O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Então, vamos fechar a questão, em cima
1864dessa possibilidade? É isso, não é unânime pelas representações.

1865

1866

1867A SR.^a LARA (Secretaria de Recursos Hídricos em Ambiente Urbano/MMA) – Eu vou tentar ser o
1868mais objetiva possível aqui. Se não der para falar agora, eu tenho que sair. Nós temos um Grupo de
1869Trabalho interministerial, do qual até a Maria José conhece, que elaborou um programa de educação
1870ambiental e mobilização social em saneamento. E estávamos com a proposta de fazer uma
1871apresentação sobre o programa em alguma das Mesas do seminário. Eu procurei a Cleide no início
1872dessa semana para falar da proposta e ela me convidou para a reunião, de manhã veio a Jane, ficou
1873aqui 1h30min esperando para poder falar, estou aqui desde as 14h30min. também esperando para
1874apresentar e tenho um compromisso agora. Então, fica para outro dia.

1875

1876

1877O SR. NILO DINIZ (CONAMA) – Posso fazer uma sugestão? Como a Maria José conhece a iniciativa,
1878já poderíamos talvez, em um outro momento, você explicar melhor, com mais detalhe, mas já
1879considerar aqui a hipóteses de inclusão em algum momento do seminário, ao invés de você faz a
1880apresentação agora, que vai levar para mais à frente o debate do seminário. Isso faz parte, a ideia é
1881que integre ao seminário, essa apresentação. Então, como ela conhece, poderíamos já discutir a
1882inclusão, o que você acha?

1883

1884

1885A SR.^a LARA (Secretaria de Recursos Hídricos em Ambiente Urbano/MMA) – A minha ideia não
1886era nem apresentar o programa, porque o programa tem diretrizes é um programa que para
1887apresentar estamos fazendo oficina de dois dias para debater todas as linhas de ação e tudo mais,
1888mas é um programa que está sendo desenvolvido pelo Governo Federal, por um Grupo de Trabalho
1889com 5 Ministérios e considerando também a linha com que o Ministério vem trabalhando de
1890priorização na área de saneamento e sendo o foco do seminário educação ambiental envolvendo,
1891com foco nos empresários, acho que era um espaço muito estratégico de disseminação dessa
1892iniciativa. Eu passei para a Cleide um documento com as referências conceituais, o histórico de
1893construção do programa, eu tenho aqui alguns *folders* também. E acho que a proposta está aí, se
1894você tiverem interesse é só me procurar, posso trazer mais esclarecimentos. Educação ambiental e
1895mobilização social em saneamento. O departamento de educação ambiental também participa do
1896programa.

1897

1898

1899A SR.^a THAÍS PEREIRA (DEA/MMA) – Lara, só fiquei na dúvida se você já tem uma proposta de
1900onde vocês gostariam de apresentar, já para deixar registrado aqui na Câmara Técnica, em qual
1901dessa Mesas ou Grupos. Já existe essa sugestão, só para que aí a Câmara Técnica possa avaliar.

1902

1903

1904A SR.^a LARA (Secretaria de Recursos Hídricos em Ambiente Urbano/MMA) – Eu não sei qual
1905seria melhor, porque como está sendo rediscutido e como tem muita gente em algumas das Mesas e
1906em outras não, acredito que no segundo dia, na parte da manhã, talvez fosse interessante.

1907

1908

1909 **O SR. NILO DINIZ (CONAMA)** – Bom, está registrado, vamos continuar no ponto que paramos e

1910 depois voltamos.

1911

1912

1913 **A SRª. LÚCIA ANELLO (Diretoria de Educação Ambiental do MMA)** – “olhar a experiência das

1914 empresas no exercício da responsabilidade socioambiental para elaboração...” ou “para subsídios

1915 para elaboração de um Plano Nacional de responsabilidade sócioambiental”.

1916

1917

1918 **A SRª. ANA CARLA L. ALMEIDA (DCRS/MMA)** – Ali nós colocamos só empresa? Porque a

1919 responsabilidade poderia ser os 3 setores, e aí fechamos para a empresa? Porque para construção

1920 do plano de responsabilidade social, aí não está os outros segmentos da sociedade.

1921

1922

1923 **O SR. NILO DINIZ (CONAMA)** – Pode tirar. “Olhar experiências no exercício da responsabilidade

1924 socioambiental: Subsídios para construção de um Plano Nacional”. Aí o tema 2 ainda precisaria dar

1925 uma afinada: “Olhares e ações para mecanismos de financiamento..” seria isso não é Lúcia?

1926 “Incentivo, financiamento e rede de fundos para educação ambiental...”, são várias redes ou é uma

1927 rede só?

1928

1929

1930 **A SRª. VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – É justamente por ser confuso que precisávamos de alguém

1931 do fundo que tivesse essa experiência.

1932

1933

1934 **A SRª. LÚCIA ANELLO (Diretoria de Educação Ambiental do MMA)** – Na realidade, tem várias

1935 experiências de financiamentos, estratégias de financiamento tanto das empresas quanto dos

1936 governos e até de organismos não governamentais. O FUNBIO é um exemplo, os próprios editais da

1937 Petrobrás ambiental, Petrobrás cultural, Petrobrás de responsabilidade social e desenvolvimento,

1938 trabalham com capacitação, a Vale, tem a Fundação o Boticário, que são estratégias. A ideia era ter

1939 pessoas que pudessem discutir e termos aí ou um sistema de financiamento da sociedade mesmo,

1940 não só Governo, a ideia que se colocou era essa, de discutirmos esses mecanismos de

1941 financiamento, porque muitos dos palestrantes fazem financiamento. Então a ideia era essa, e muitas

1942 das questões desses financiamentos estão vinculadas à própria regulamentação do art.3º, que

1943 estabelece o que é efetivamente a educação ambiental na relação com a responsabilidade social e

1944 ambiental. Então, as duas Mesas, os dois Grupos se complementam. Um é algo mais institucional e o

1945 outro é algo mais pragmática mesmo, quais são os mecanismos de financiamento, como se faz.

1946 Então, a ideia do Grupo de Trabalho é aproveitar as pessoas que estão lá, que trabalham com esse

1947 tipo de mecanismo que possam discutir e possam subsidiar o próprio CONAMA ou nas

1948 recomendações ou mesmo no próprio Governo para ajudar a elaborar essa política, é uma discussão

1949 inicial. O título eu acho que está bem. A dúvida é que a temática não está sendo pautada. Agora eu

1950 acho que: “de olho no ambiente”, que é a experiência que eu particularmente conheço, com o edital

1951 da Petrobrás é uma proposta de financiamento e incentivo à responsabilidade social corporativa, mas

1952 é uma política de incentivo e financiamento. A própria Fundação o Boticário eles têm metodologia

1953 consagrada, tem organização, eles têm banco de projetos. Então, a sistematização que pudéssemos

1954 fazer desse pessoal que já está participando, poderia nos subsidiar a outras coisas.

1955

1956

1957 **A SRª. CLEIDEMAR VALÉRIO (CONAMA)** – Acho que já pode tirar a temática da Mesa redonda,

1958 pode tirar esses parênteses.

1959

1960 **A SRª. MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – Agora, a coordenação desse tema tem

1961 que ser alguém que, porque podemos partir do pressuposto que as pessoas não conhecem esses

1962 mecanismos todos.

1963

1964

1965 **A SRª. VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Estávamos aqui conversando, mas acho que é a FUNBIO

1966 seria interessante, até ter o nome de uma pessoa eu posso ver, porque a pessoa que está apoiando

1967 outros fundos e a gestão de outros fundos. Então, não só a formação, mas a gestão, acho que é

1968 interessante. Se bem que a pessoa que está coordenando, as vezes não pode falar, então precisa ver

1969 isso estrategicamente, mas pode não é? Então, está bom.

1970

1971

1972 **O SR.NILO DINIZ (CONAMA)** – Então, acho que está resolvido. Só ia sugerir que pensássemos
1973 depois, Lucia, um produto relativo a esse Grupo, se fizemos o contrário, ajustou os temas dos Grupos
1974 aos produtos esperados, esse Grupo não está previsto um produto. Acho que ele é importante, pode
1975 fazer pelo menos dar subsídios interessantes para o dilema do financiamento da educação ambiental,
1976 de fontes, enfim. Acho que pode ser um sexto produto aqui, talvez a ser mencionado, mas podemos
1977 ver depois.

1978

1979

1980 **A SRª. LÚCIA ANELLO (Diretoria de Educação Ambiental do MMA)** – É, acho que sim.

1981

1982

1983 **O SR.NILO DINIZ (CONAMA)** – O tema 4, finalmente: “educação ambiental no licenciamento”, aí está
1984 no âmbito do SISNAMA, é assim mesmo Lúcia, como é que você tinha proposto?

1985

1986

1987 **A SRª. LÚCIA ANELLO (Diretoria de Educação Ambiental do MMA)** – Na realidade, a educação
1988 ambiental no licenciamento vem para incidir sobre o art.6º do Decreto 4281 que regulamenta a
1989 Lei 9795, que o art.6º que coloca a educação ambiental no âmbito dos instrumentos da gestão
1990 ambiental e dentre eles o licenciamento. Que é uma temática que está recorrente em tempos de
1991 desenvolvimento do País, como nós estamos passando agora. Então, eu acho que não só no âmbito
1992 do SISNAMA, porque trata dos órgãos de comando e controle, os órgãos municipais, estaduais e
1993 federal, mas também com vistas a contribuir para implementação do art.6º do Decreto que
1994 regulamenta a Lei, acho que ficaríamos, do ponto de vista da missão da Câmara Técnica, estaríamos
1995 cumprindo a missão efetivamente. Porque é óbvio que nós não vamos chegar ainda em uma proposta
1996 de resolução, mas com certeza já poderíamos estar em uma discussão para elaboração de uma
1997 resolução mesmo, já que o artigo é bem explícito nesse sentido. No âmbito do SISNAMA e aí não sei
1998 se valeria à pena colocar aí com vistas à implementação do art.6º do Decreto.

1999

2000

2001 **A SRª. VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – Não sei se fica a educação ambiental mais como medida
2002 compensatória ou se fala daquela parte de mobilizar as pessoas, traz a justiça ambiental,
2003 mobilização, fica contemplada.

2004

2005

2006 **A SRª. LÚCIA ANELLO (Diretoria de Educação Ambiental do MMA)** – Fica contemplado de
2007 qualquer maneira, porque o licenciamento é um procedimento que trata em todos os aspectos da
2008 justiça, pré e pós licença, ou seja, antes da emissão da licença, para preparação da audiência
2009 pública, dos estudos ambientais, das consultas e tal. A educação, o licenciamento contempla todos os
2010 momentos do licenciamento, inclusive esse.

2011

2012

2013 **A SRª. MARIA JOSÉ DE SOUZA HOLANDA (Governo Ceará)** – Essas deliberações da
2014 Conferência, ficou quem na coordenação?

2015

2016

2017 **O SR.NILO DINIZ (CONAMA)** – Ficou DEA, não é?

2018

2019

2020 **A SRª. LÚCIA ANELLO (Diretoria de Educação Ambiental do MMA)** – Nós sugerimos o nome
2021 dessa pessoa lá do IBAMA CGPEG que é a pessoa que trabalha com isso lá dentro do licenciamento
2022 mesmo do IBAMA, que teria todas as condições de aportar um bom documento, porque na realidade
2023 o coordenador tem que garantir a discussão e tem que garantir também um bom documento no final.
2024 Então, a Tatiana é uma pessoa bem qualificada, eu já conversei com ela, não disse que ela seria...

2025

2026

2027 **O SR.NILO DINIZ (CONAMA)** – Bom, vamos em frente, então? Essa lista de participantes é para os
2028 Grupos, essa lista pode ser muito maior, acho que não precisamos gastar tempo com ela.

2029

2030

2031 **A SRª. MARIA JOSÉ DE SOUZA HOLANDA (Governo Ceará)** – Aí está faltando estudo de casos e
2032 relatos de experiências para nós avaliarmos, todos que tem e quem vai participar. Por exemplo, dia 4,

2033têm aqui, 10h00, é estudos de caso e relato de experiências, aí tem aqui, Natura, Banco Real,
2034Furnas, Vale, fundação Boticário, Sadia.
2035
2036
2037**O SR.NILO DINIZ (CONAMA)** – Mas vamos voltar a esses nomes ainda. Eu só estou querendo
2038chegar ao final. Essa lista de participantes aqui, tínhamos colocado alternativas, mas na verdade, não
2039é, são os participantes dos Grupos que vão ser convidados a participar, e tem muito mais do que isso.
2040Porque todo participante do seminário, não entendi bem essa lista aqui, por isso que eu estou
2041comentando, acho que é uma lista que é muito maior que essa. Ou a ideia é que o Grupo tenha uma
2042pequena intervenção no início desses participantes, é essa a ideia da Câmara?
2043
2044
2045**A SR.ª CLEIDEMAR VALÉRIO (CONAMA)** – Na programação, isso foi a primeira programação que
2046começamos a recolher e para não perder e ficou aqui. E nós começamos a puxar daqui alguns nomes
2047e restaram alguns, então, isso aqui é um *check list* para não esquecer, se ainda não foi contemplado.
2048
2049
2050**O SR.NILO DINIZ (CONAMA)** – Depois nós temos que clarear um pouco isso, porque talvez não
2051fosse necessário constar aqui. Bom, aí a sugestão aqui, às 18h00 desse dia de lançamento do livro:
2052Educação ambiental no contexto de medidas mitigadoras e compensatórias de impactos ambientais e
2053perspectivas do licenciamento, do Carlos Frederico Loureiro, organizador, é uma publicação inclusive
2054do CRA, porque é anterior ao IMA.
2055
2056
2057**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – E horário das 18h00, continua esse mesmo ou
2058é melhor passar para 19h00?
2059
2060
2061**O SR.NILO DINIZ (CONAMA)** – Acho melhor passar para 19h00, porque esses Grupos você não vai
2062conseguir fazer com que eles trabalhem das 15h30min. até as 18h00, vai ser bem difícil, eles vão
2063querer se estender um pouco mais. Então, passaria para 19h00 horas? Bom, aí no dia 5, 05h30min.
2064Mesa redonda: indicadores, avaliação, monitoramento dos programas de educação ambiental nas
2065empresas. E aí tem convidado o IPEA, quem sugeriu o IPEA? Precisamos saber quem do IPEA,
2066instituto de pesquisas de economia aplicada. O primeiro concurso que estão fazendo agora para a
2067área de sustentabilidade ambiental, primeira vez que estão abrindo para esse tipo de... É o Alexandre
2068Pedrini que está lançando o livro. Acho que o IPEA aqui, precisava saber com a Raquel, mas eu não
2069conheço, de lá alguma... Acho que é melhor ver aqui. Tem o Ricardo Henrique do BNDES, Fernando
2070Almeida CEBDS, FEBRABAN, que é dos bancos, FUNBIO está aqui também. Porque aqui está
2071falando programa de educação ambiental nas empresas, é empresa mesmo ou no setor produtivo?
2072Porque aí envolve sindicato também. Então, é no setor produtivo, nesse seminário nós estamos
2073chamando setor produtivo empresarial e sindical. Aí tem FUNBIO e a Lenia Vieira, que foi sugestão
2074da CNI, que é PHD em educação ambiental e Conselheira do COPAM, foi muito indicada pela
2075Patrícia Bozon. A coordenação Comissão interinstitucional de Educação da Bahia e relatora Fiesp,
2076Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Bom, aqui não teve maiores alterações.
2077
2078
2079**A SR.ª MARIA JOSÉ DE SOUZA HOLANDA (Governo Ceará)** – Eu não vejo assim, a interface da
2080CIE nessa direção aqui, como é que ela teria como fazer essa coordenação. Eu pelo menos acho que
2081teria outro perfil e não o nosso, quer dizer a CIE da Bahia e a CIE do Ceará.
2082
2083
2084**O SR.NILO DINIZ (CONAMA)** – Aí eu pergunto o seguinte: então quem coordenaria essa Mesa? O
2085Alexandre Pedrini poderia ser um coordenador ativo dessa Mesa? Como ele é professor, talvez fosse
2086interessante, apareceu o nome dele aqui, e estão tirando o CIE. Não sei, de repente.
2087
2088
2089**A SR.ª MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – Pode ser da FIEB.
2090
2091
2092**A SR.ª MARIA JOSÉ DE SOUZA HOLANDA (Governo Ceará)** – Quero só chamar a atenção para
2093um pensamento que me veio agora. Nós estamos aqui apresentando indicadores, avaliação e
2094monitoramento dos programas de educação ambiental no setor produtivo, ou seja, nas empresas, nas

2095 indústrias e o sindical. Aí seria próprio eles mesmos avaliarem os programas deles? Ou não teria
2096 outro melhor para poder fazer essa avaliação?

2097

2098

2099 **A SR^a. LÚCIA ANELLO (Diretoria de Educação Ambiental do MMA)** – Com certeza, porque o
2100 CEBDS mesmo, eles trabalham com indicadores. Então, não teria nenhum problema quanto a isso e
2101 o Alexandre Pedrini discute essa avaliação. Então, acho que a Mesa ficaria rica com ele, porque ele
2102 poderia apresentar todo o levantamento que ele fez, um bom levantamento sobre essas empresas
2103 que dizem que fazem educação ambiental, eu não lembro agora o texto, mas é muito interessante.
2104 Ele poderia fazer uma boa contribuição. E aí não seria para avaliar, mas para dizer possíveis
2105 indicadores, monitoramento, dar um caminho para essa avaliação, a ideia é essa, por isso eu acho
2106 que o Alexandre Pedrini, se tirarmos a fala dele e colocar na coordenação, ele perde potência.

2107

2108

2109 **A SR^a. VIVIANE VAZZI PEDRO (MEC)** – O COPAM desenvolveu um termo de referência para balizar
2110 as ações de educação ambiental que fossem ser desenvolvidas. Essa indicação é da CNI, mas eu
2111 acho que deve ser uma das pessoas que ajudou a desenvolver esse termo de referência, é possível.
2112 Podemos perguntar depois, mas só por ser Conselheira já tem experiências.

2113

2114

2115 **O SR. NILO DINIZ (CONAMA)** – Só uma pergunta aqui. Quem indicou a FEBRABAN? Porque eu não
2116 conheço, você conhece Lúcia? Porque talvez a Bovespa coubesse melhor aqui, porque a Bovespa
2117 tem um índice de sustentabilidade, que ela avalia exatamente as empresas, o investimento que está
2118 fazendo de sustentabilidade ambiental, onde também devem ter programas e iniciativas de educação
2119 ambiental. Então, talvez nessa área financeira, acho que o Bovespa tivesse mais o que propor. Não
2120 conheço da FEBRABAN, tem assim no caso dos bancos, que foi até a sugestão da Débora, Caixa
2121 Econômica, Banco do Brasil, Itaú, não sei, outros bancos além do Banco Real que está lá. Talvez
2122 fosse o caso de pensar ou em uma outra agência financeira que tivesse com experiência nisso ou
2123 chamar a Bovespa. A Bovespa apareceu lá atrás em uma Mesa, mas eu acho que talvez a Bovespa
2124 coubesse melhor nessa Mesa.

2125

2126

2127 **A SR^a. MARIA JOSÉ DE SOUZA HOLANDA (Governo Ceará)** – Agora o Nilo levantou uma
2128 questão, que me fez pensar. Quando se está propondo indicadores, avaliação e monitoramento dos
2129 programas de educação ambiental nas empresas ou no setor produtivo. O que eu estou querendo
2130 saber? Eu estou querendo saber se essas empresas estão realmente realizando esses programas ou
2131 se eu estou querendo fazer uma medição em relação a recurso que é dependido. Acho que tem que
2132 haver uma distinção.

2133

2134

2135 **A SR^a. LÚCIA ANELLO (Diretoria de Educação Ambiental do MMA)** – Eu acho que teremos que
2136 tomar essa decisão, senão vai ficar muito solto do objeto. Aí temos duas questões que podem nos
2137 balizar. Uma questão é a educação ambiental efetivamente, ou seja, processo educativo, que aí
2138 teríamos os indicadores e pontos de monitoramento do processo educativo, como uma prática social
2139 e o outro ponto eu acho que entraria sim, a relação entre um processo educativo e custo, e aí sim é
2140 indicador financeiro.

2141

2142

2143 **A SR^a. MARIA JOSÉ DE SOUZA HOLANDA (Governo Ceará)** – Aí tem que ver o que estamos
2144 querendo.

2145

2146

2147 **A SR^a. LÚCIA ANELLO (Diretoria de Educação Ambiental do MMA)** – Porque uma das questões
2148 que sempre criticamos nesses programas é que quando vamos ler os resultados é assim: "foram
2149 educadas 5 mil pessoas", o resultado do processo, 5 mil pessoas educadas. Como se fosse uma
2150 coisa possível de medir. Então, isso é um tema que é muito difícil de medirmos, tanto na hora da
2151 prestação de contas do projeto, da ação, como também na hora de garantir o financiamento, porque
2152 daqui a pouco fazemos uma capacitação de 100 pessoas, na lógica da formação de formadoras que
2153 pode ter um resultado muito melhor do que um processo de captação de 5 mil pessoas. Então, aí
2154 entra a capacidade de potência de ação, entra uma série de discussões que temos que fazer e acho
2155 interessante, por exemplo, a FUNBIO tem muita experiência nisso, o professor Alexandre, o livro traz
2156 essas questões, principalmente na questão da educação ambiental na empresa mesmo, ele faz isso,
2157 a Lenia eu não conheço, mas conheço um pouco do COPAM, pode contribuir e acho que está

2158faltando alguma coisa aí dos trabalhadores e poderia ser alguma coisa, tanto da CNTE ou alguma
2159coisa que trata da educação dos trabalhadores. Porque foi discutindo, é responsabilidade
2160sócioambiental, mas muito das responsabilidades socioambiental acabam refletindo na própria
2161escola. Então, poderíamos ter alguém ou da agricultura, não sei, ainda tenho dúvidas, mas acho que
2162para balizarmos a conversa, seria indicadores do processo educativo.

2163

2164

2165**O SR.NILO DINIZ (CONAMA)** – Eu tenho uma sugestão. Além da Bovespa que eu acredito que pode
2166ter uma contribuição interessante desse ponto de vista de indicadores, mas não sei se entra para o
2167lado financeiro mesmo, acho que vai entrar mais no grau do crescimento de investimento ou dos
2168programas na área empresarial que o IBOVESPA tem detectado, pode ser uma intervenção
2169interessante. Agora, lembrei aqui também de uma sugestão que a Débora mandou e que você falou
2170de área rural e eu me lembrei aqui. Ela mencionou algumas instituições que podem ser vistas do
2171setor produtivo, mas que têm uma atuação na área rural, que é a SPTA, acessória em projetos de
2172tecnologia alternativa, que é campo, ou a jornada de agroecologia, associação de produtores
2173orgânicos ou Free boi. Como está muito urbano até aqui, talvez fosse interessante incluir algum
2174desses que ela sugeriu. ASPTA lidera esse segmento, talvez pudesse chamá-los para eles trazerem
2175um pouco indicadores e avaliação dos processos de formação e educação ambiental na área rural, da
2176agroecologia e etc. Bom, agora nós temos que voltar. A coordenação ficaria então, a FIEB, aí
2177definindo depois um nome. E na coordenação Bovespa, eu sugiro no lugar da FEBRABAN... Aí só
2178temos que descobrir quem era da Bovespa que estava sendo pensado, mas acho que é o pessoal
2179que trabalha com o índice de sustentabilidade ambiental. Ela exatamente diz que se o Alexandre ficar
2180na Mesa, vai ter melhor condição de debater e aí na coordenação pensaríamos, que você tinha dito a
2181FIEB. Agora, relator FIESP, aqui poderíamos... FIESP mesmo ou CNI?

2182

2183

2184**A SR.^a MARIA JOSÉ DE SOUZA HOLANDA (Governo Ceará)** – Não tínhamos combinado que o
2185coordenador ficará responsável pela relatoria? Então, ele já vai preocupar quem vai ser a pessoa que
2186vai relatar.

2187

2188

2189**O SR.NILO DINIZ (CONAMA)** – Poderia ver Rosário, com a FIEB, se alguém da CNI ou da FIESP,
2190aqui está FIESP, mas não está aqui hoje a representante da CNI e não podemos confirmar.

2191

2192

2193**A SR.^a LÚCIA ANELLO (Diretoria de Educação Ambiental do MMA)** – Mas poderia ser o pessoal
2194da FIEB.

2195

2196

2197**O SR.NILO DINIZ (CONAMA)** – Na coordenação é a FIEB, mas a relatoria é uma outra instituição.
2198Vamos consultar ela direto. Deixa em aberto e confirma com ela. Vamos colocar Fiesp/CNI. Aí 10h00,
2199Plenária, apresentação dos Grupos e debates, participantes, relatores de Mesa, relator e
2200representante da área sindical. Aqui não tem indicação, teria que ver. Bom, agora nós teríamos que
2201repassar, eu sugiro que pelo menos déssemos uma priorizada nos nomes desde a primeira Mesa
2202redonda.

2203

2204

2205**A SR.^a MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – Eu só queria lembrar o seguinte, que
2206houve aqui uma alteração nos horários e dia 5 ficou previsto que iria encerrar, está mais ou menos,
2207que 12h00 as pessoas iriam embora. 10h00, Plenária e pressupõe que vai até as 12h00. Porque
2208estávamos pensando no dia 5 à noite, tínhamos pensado em um horário diferenciado. O que
2209pensamos foi o seguinte, no dia 3 deixaríamos das 16h00 às 18h30min., para credenciamento. Às
221019h00 até as 20h00 abertura do evento, para estendermos sexta-feira até à noite, trocaria os turnos e
2211aí faríamos o encerramento com uma festa, uma coisa assim bem própria da Bahia. Então, isso foi o
2212que se pensou, mas se houvesse a inversão, o que pensamos no encerramento com festa, chamar
2213inclusive um show de Jerônimo. Pensamos assim, fazer uma coisa bem legal à noite.

2214

2215

2216**O SR.NILO DINIZ (CONAMA)** – Não pode ser à tarde não.

2217

2218

2219**A SR.^a CLEIDEMAR VALÉRIO (CONAMA)** – E se fosse na abertura?

2220

2221

2222 **A SR.ª MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – Não combina. Na abertura teria que ser
2223 uma coisa assim um MPB, um coquetel.

2224

2225

2226 **A SR.ª CLEIDEMAR VALÉRIO (CONAMA)** – Segurar, por exemplo, as pessoas depois à tarde,
2227 porque nós terminamos às 12h00? Porque é o horário que termina a diária do hotel, nós
2228 compatibilizamos com a diária. Então, o pessoal não pagaria tanta diária, porque chega 12h00, se
2229 instala no hotel e começa às 14h00. Muita gente não pode ficar muito tempo nesse seminário. O
2230 seminário era para ser 1, 2 dias, nós conseguimos colocar essa data e eu acho meio complicado
2231 estendermos agora essa data, para depois de sexta-feira 12h00. Começa esvaziar, todo mundo pega
2232 mala, vai embora. Nós corremos o risco de esvaziar antes de ter o produto, de ter uma Plenária cheia.

2233

2234

2235 **A SR.ª MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – Por outro lado se fizermos no dia 4, dia
2236 5 está todo mundo cansado, não dá. E no primeiro dia o mesmo raciocínio, fazemos uma festa no
2237 primeiro dia com Jerônimo, para no dia seguinte as pessoas estarem trabalhando, não dá. Então
2238 eliminamos o show.

2239

2240

2241 **O SR. NILO DINIZ (CONAMA)** – Deixa-me fazer uma consideração sobre isso. A Cleide está
2242 preocupada com a questão das diárias. Da forma como a seminário está, isso vai ser na Costa do
2243 Sauípe, não é?

2244 **A SR.ª MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – Não é em Salvador. Agora estamos
2245 vendo o se fazemos no hotel Quatro Rodas, lá para Itapuã, na praia, mais perto da praia.

2246

2247

2248 **O SR. NILO DINIZ (CONAMA)** – Perfeito. Então, ela está preocupada que as pessoas na verdade
2249 para participar do evento despendam de despesa, de gastos, duas diárias, com duas elas podem
2250 participar do evento, elas chegando na hora do almoço do primeiro dia, dia 3 e saindo na hora do
2251 almoço do terceiro dia. Agora, isso não impede, eu acho, Cleide, do seguinte, de você terminar o
2252 seminário, não precisa ser, vamos falar francamente, não vai terminar 12h00, pode colocar no mínimo
2253 13h00 ou 14h00 para ele ser concluído. Mas as pessoas podem retirar do hotel, desde cedo, já
2254 podem fazer o *check out* nesse dia. O problema é que você está pensando em uma coisa que entra a
2255 noite mesmo, esse que é o problema, porque é uma sexta-feira. Então, vai ter que dormir depois, não
2256 tem jeito, porque não tem vô de madrugada. Esse que é o problema. Se pudesse ser mais um
2257 *happy hour*, as pessoas ficariam para atividade, para festa, quem não quisesse ficar, porque tem
2258 muitos que não são de festa, volta para casa.

2259

2260

2261 **A SR.ª MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – Isso seria na área da piscina. Estamos
2262 pensando em 300 pessoas. Acho que é razoável.

2263

2264

2265 **O SR. NILO DINIZ (CONAMA)** – O que eu vejo é o seguinte, que muita gente vai embora antes, de
2266 qualquer forma, tendo ou não festa vai embora antes, porque 3 dias lá é muito tempo para ficar e
2267 depois, sexta-feira, a maioria, hoje em dia, tiro um pouco pela minha geração, acho que de todos nós,
2268 talvez. Mas nós normalmente queremos estar sábado já em casa, indo à feira onde mora, seja aqui
2269 ou em qualquer lugar. Bom, eu retiro a minha observação. Mas eu fiquei imaginando isso. Poderia se
2270 pensar uma festa um pouco infanto-juvenil, no horário de 18h00. Tipo *happy hour* mesmo, com show,
2271 com música. Porque aí quem quiser viajar as 18h00 pode até ainda pegar um começo e viaja, e quem
2272 não puder, quem quiser já participa do show, da oferta da Bahia, e depois aquele negócio, dá 20h00,
2273 21h00, vamos agora sair.

2274

2275

2276 **A SR.ª MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – Mas haveria alguma alteração, por
2277 exemplo, do primeiro dia, daria para começar? Porque eu estou achando que não se reservou tempo
2278 para credenciamento.

2279

2280

2281 **O SR. NILO DINIZ (CONAMA)** – Rosário, eu estou achando o seguinte, credenciamento tem que
2282 começar as 10h00 ou 09h00 e ir até as 15h00. A abertura é as 14h00, mas o credenciamento pode
2283 continuar indo um pouco mais. Porque muita gente vai chegar cedo, não temos voo chegando nesse

2284horário, muita gente vai chegar cedo, já vai credenciando, o pessoal local já credencia. Tem que abrir
2285um credenciamento longo, acho que tem que começar 09h00, 10h00 e ir até 15h00, pelo menos,
2286porque ainda vai ter gente chegando atrasado para participar. Acho que dá um credenciamento
2287assim, a manhã toda e uma boa parte da tarde, mas de qualquer forma a abertura às 14h00 acho que
2288viabilizaria um pouco esse programa, porque mais tarde que isso você não tem condições de fazer 3
2289Mesas.

2290

2291

2292**A SR.^a MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – E você acha que as pessoas vão ficar
2293esperando o evento das 18h00 ou a festa, porque não está previsto terminar dia 5, 12h00, mais ou
2294menos? Então, as pessoas vão ficar fazendo o que à tarde toda?

2295

2296

2297**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Não pode ser uma festa na piscina na hora
2298coisa almoço? Uma coisa festiva na hora do almoço. Encerra com um bom almoço e música e tudo.

2299

2300

2301**A SR.^a MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – É uma possibilidade, eu tenho que levar
2302sugestão para lá.

2303

2304

2305**O SR. NILO DINIZ (CONAMA)** – Porque o almoço vai sair tarde, não termina antes de 15h00 é um dia
2306que vai ter um almoço um pouco tarde. Pode ser realmente festivo.

2307

2308

2309**A SR.^a MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – Não é a mesma coisa, mas eu vou
2310levar a sugestão e depois eu ligo para a Cleide.

2311

2312

2313**A SR.^a ANA CARLA L. ALMEIDA (DCRS/MMA)** – Eu posso dar uma sugestão? Eu vou ser contra
2314você, que poderia fazer a festa na quinta-feira, ninguém precisa ficar na festa até 5h00 da manhã.
2315Faz uma festa, 00h00, eu fui agora para um curso organizado por alemães e teve uma festa antes na
2316quinta, véspera da sexta. Não é possível que não consigamos... Teve festa na quinta-feira, com
2317música, dança e tudo.

2318

2319

2320**A SR.^a MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – É outra alternativa.

2321

2322

2323**A SR.^a ANA CARLA L. ALMEIDA (DCRS/MMA)** – Eu vejo assim, é um momento onde você constrói
2324as suas redes, onde você está junto, você conhece e você compartilha experiência, enquanto está ali
2325para a festa, então acho que é importante. Vamos ter dois dias para isso, a quarta-feira que vocês
2326propuseram esse coquetel que é um momento que interage, vai ter a quinta-feira que é o momento
2327que está todo mundo mais tranquilo, fora dos Grupos e você faz redes nesses eventos, não é só o
2328evento em si. Sou a favor que façamos na quinta.

2329

2330

2331**O SR. NILO DINIZ (CONAMA)** – E na quinta vamos ter só uma Mesa redonda e a Plenária, eu acho
2332que é tranquilo.

2333

2334

2335**A SR.^a MARIA JOSÉ DE SOUZA HOLANDA (Governo Ceará)** – Como eu vou ter que me retirar
2336agora, eu não quero deixar a Lara sem um retorno do que ela colocou. É o seguinte, esse programa é
2337um programa muito interessante, está indo em todos os estados, está fazendo oficinas, participação
2338de vários Ministérios, inclusive Ministério do Meio Ambiente, aí tem o Ministério da Integração
2339Nacional, tem vários Ministérios que estão participando, Ministério das Cidades, só que tem um
2340detalhe, como a nossa proposta ele não condiz. Vocês que conhecem o programa, estão vendo o
2341saneamento, a mobilização para o saneamento está bem distante da nossa proposta de trabalho que
2342é a questão da educação ambiental no setor produtivo. Então, realmente ficaria totalmente deslocado
2343o assunto do foco do nosso trabalho. Realmente não daria para compatibilizar não.

2344

2345

2346 **O SR. NILO DINIZ (CONAMA)** – Tem uma coisa que eu estou querendo lembrar, que a Maria José
2347 levantou no início, levantou uma série de observações, não sei se todas estão contempladas. Eu
2348 anotei algumas, você tinha mencionado, por exemplo, Sorrentino, mas você viu algum lugar para
2349 encaixá-lo?

2350

2351

2352 **A SR.ª MARIA JOSÉ DE SOUZA HOLANDA (Governo Ceará)** – Eu vejo aqui nessa primeira
2353 palestra, educação ambiental para sustentabilidade, que foi colocado o professor Carlos Frederico
2354 Loureiro e também foi falado no nome do Pedro Ivo, para representar o Setor Sindical, aí eu acho que
2355 caberia ao Marcos a questão como uma pessoa que poderia debater a questão da educação
2356 ambiental.

2357

2358

2359 **O SR. NILO DINIZ (CONAMA)** – Essa Mesa tem coordenador?

2360

2361

2362 **A SR.ª MARIA JOSÉ DE SOUZA HOLANDA (Governo Ceará)** – Poderia colocá-lo como
2363 coordenador dessa Mesa. Não, estou falando na Mesa de abertura, aí ficaria bem ele na
2364 coordenação. Coordenador pode falar. Ele coloca inclusive até em cima mesmo do que o palestrante
2365 fala.

2366

2367

2368 **O SR. NILO DINIZ (CONAMA)** – A partir das falas fazer uma sinergia e aí fazer uma intervenção,
2369 puxando e aproveitando as duas intervenções e abrindo e mobilizando o Plenário para o debate.

2370

2371 **A SR.ª MARIA JOSÉ DE SOUZA HOLANDA (Governo Ceará)** – Então, era bem próprio.

2372

2373

2374 **O SR. NILO DINIZ (CONAMA)** – O que vocês acham, pessoal aqui do Ministério? Essa hora que eu
2375 queria que a Lúcia estivesse aqui, porque foi o antecessor dela. Tem a Samira também, nós tínhamos
2376 previsto ela em alguma coordenação, não era em uma coordenação a Samira? Na abertura ou na
2377 coordenação. A Samira acho que era importante, porque a Samira tem uma experiência muito legal
2378 para coordenar também...

2379

2380

2381 **A SR.ª MARIA JOSÉ DE SOUZA HOLANDA (Governo Ceará)** – Mas a responsabilidade já não está
2382 no segundo tema, responsabilidade sócioambiental? É no dia 4. Aí eu estou falando aqui no primeiro
2383 dia, na palestra da abertura. Educação ambiental para sustentabilidade que aí como é uma coisa um
2384 pouco demorada, você teria enfoques diferenciados. E aí, a decisão?

2385

2386

2387 **O SR. NILO DINIZ (CONAMA)** – A Câmara que decide. Eu acho que a Samira foi bem lembrada,
2388 porque nessa versão, tínhamos colocado a Samira na abertura, está aqui, na verdade, Ministro Minc
2389 ou Samira. Mas a outra hipótese era ela aqui na coordenação dessa primeira Mesa, acho que é
2390 fundamental, a Samira tem que estar aqui em alguma... E se a Samira presidisse Ana, a Mesa de
2391 abertura? Se ela coordenasse e presidisse a mesa de abertura?

2392

2393

2394 **A SR.ª ANA CARLA L. ALMEIDA (DCRS/MMA)** – Acho que tem que ser alguém da Bahia, o anfitrião
2395 que coordena. Até porque, se for o Governador e o Ministro, como estamos esperando, perdemos um
2396 pouco de controle sobre essa Mesa, porque essas autoridades têm todo um cerimonial e eles que
2397 organizam, quem fala, eu não sei.

2398

2399

2400 **A SR.ª MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – Vai ser contratado o cerimonial, não
2401 tenha qualquer dúvida. O evento vai ser todo conduzido pelo cerimonial.

2402

2403

2404 **O SR. NILO DINIZ (CONAMA)** – Acho que tínhamos que pensar então, Maria José, em uma outra
2405 forma aqui de... Deixa-me ponderar uma coisa, uma pergunta aqui para a Rosário. E se no lugar da
2406 FIEB, o Sorrentino coordenasse essa Mesa sobre indicadores, avaliação e monitoramento de
2407 programa de educação ambiental, Setor Produtivo?

2408

2409

2410 **A SR.ª MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – Pode ser. Não tem problema.

2411

2412

2413 **O SR. NILO DINIZ (CONAMA)** – Porque, eu acho que o Marcos poderia ajudar a fazer essa...

2414

2415 **A SR.ª MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – Está ótimo, não tem problema nenhum.

2416

2417

2418 **O SR. NILO DINIZ (CONAMA)** – Aí na primeira colocaríamos a Samira. Na primeira Mesa que seria o

2419 Frederico Loureiro e o Pedro Ivo, a Samira seria a coordenadora da Mesa e ela faria esse fecho

2420 exatamente, aproveitando as duas intervenções e abrindo para o debate, como secretária nacional de

2421 articulação institucional e cidadania ambiental.

2422

2423

2424 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Eu gostaria de lembrar que com a retirada da

2425 Maria José, nós vamos ficar sem quorum.

2426

2427

2428 **A SR.ª MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – Eu queria lembrar que tem questões de

2429 ordem operacional, que precisam de urgência para resolver. Formatar a programação definitiva. Eu

2430 acho que isso vocês podem fazer sem problema, mas tem a questão da mídia, como é que vai ser

2431 feita essa mídia, tem a questão das passagens dos palestrantes, da mobilização, os GTs já

2432 resolvemos, está tudo ok. Os convites, as inscrições, onde é que vão ser feitas, quais são os

2433 instrumentos...

2434

2435

2436 **O SR. NILO DINIZ (CONAMA)** – Fazendo uma sugestão procedimental para o presidente da Câmara,

2437 como o quorum vai cair, não sei se tem mais alguma coisa na Pauta da reunião de hoje além do

2438 seminário. Não dá mais tempo.

2439

2440

2441 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Já estava previsto mesmo jogar para a

2442 próxima reunião, mais dois itens que seria 33 e 34

2443

2444

2445 **O SR. NILO DINIZ (CONAMA)** – A sugestão que estou fazendo é que com a sua saída encerraria a

2446 reunião da Câmara Técnica, mas com um último encaminhamento antes, que seria um pequeno

2447 Grupo aqui, como aquele que já trabalhou da outra vez, desse uma seqüência só para os

2448 encaminhamentos de logística.